

4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão Orçamentária e Financeira

O Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin) é o responsável por planejar, dirigir e executar, na parte referente às unidades orçamentárias da Câmara dos Deputados, as atividades relativas ao plano plurianual, ao orçamento, à contabilidade, à programação e gestão financeiras e à gestão da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – Ceap.

A atividade-fim da Câmara dos Deputados (CD) compõe, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 2016), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Em 2018, a CD recebeu a dotação orçamentária de R\$ 6,12 bilhões. Desse total foram pagos R\$ 5,46 bilhões, o que equivale a 89,1% do autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA/2018). A evolução dos gastos nos últimos três anos foi de aproximadamente 5% no triênio, considerando as despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal e impôs uma limitação das despesas contraídas pelos órgãos da administração pública federal. Segundo o Novo Regime Fiscal, o limite financeiro de despesas primárias de cada órgão equivale ao montante de despesas primárias pago pelo órgão no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior.

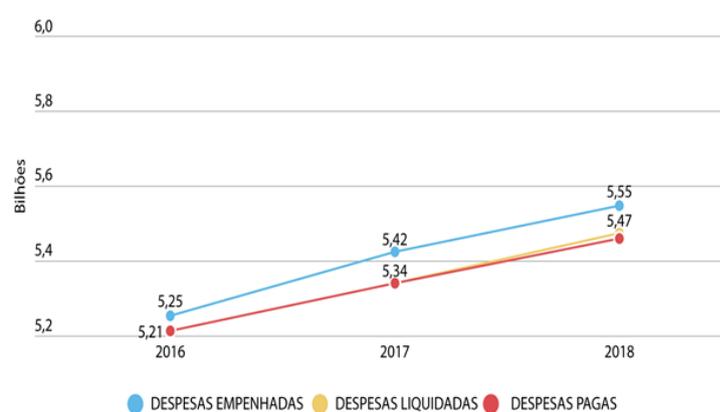
No caso da Câmara dos Deputados, as despesas primárias pagas em 2016, incluídos os restos a pagar, totalizaram R\$ 5,07 bilhões. Em 2017, embora o limite de acréscimo com relação a 2016 pudesse chegar a 7,2% (R\$ 5,43 bilhões), as despesas pagas do órgão somaram R\$ 5,13 bilhões - uma variação de apenas 1,2%.

Em 2018, a Câmara registrou um dispêndio de R\$ 5,29 bilhões de despesas primárias, montante correspondente a 4,4% a mais que em 2016, percentual significativamente inferior ao limite imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, de equivalente a 10,4%.

A execução das despesas pagas em 2017 e 2018 conforma certa tendência de crescimento de despesas em ritmo inferior ao limite constitucional. Ressalte-se, ainda, que a própria EC nº 95/2016 prevê a possibilidade de acréscimo ao limite de despesas primárias de cada órgão, desde que haja compensação equivalente a, no máximo, 0,25% do montante cabível ao Poder Executivo, nos exercícios de 2017 a 2019 (art. 107, §§ 7º e 8º do ADCT). Como se percebe, a Câmara dos Deputados não precisou recorrer à flexibilização do balizamento constitucional para comportar suas despesas.

Entre as medidas para a manutenção das despesas do órgão dentro do limite imposto pelo Novo Regime Fiscal, pode-se mencionar o controle rigoroso das despesas efetuadas pela Casa, em

Evolução dos gastos 2016 - 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

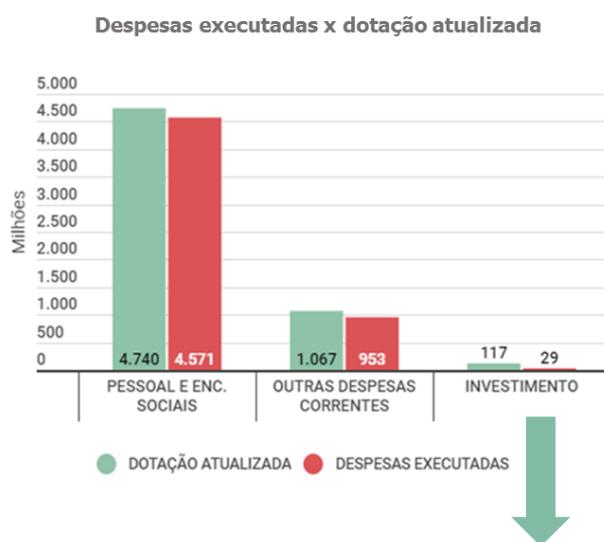
especial, daquelas caracterizadas como despesas continuadas. A propósito dessa economia orçamentária, é importante mencionar que, em 2018, o Presidente da Câmara dos Deputados disponibilizou, por meio do Ofício nº 346/2018, R\$ 200 milhões do orçamento da Casa para o Poder Executivo. Esses recursos foram destinados à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro por meio da abertura de crédito extraordinário, objeto da Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018.

4.1.1 Execução por grupo de despesa

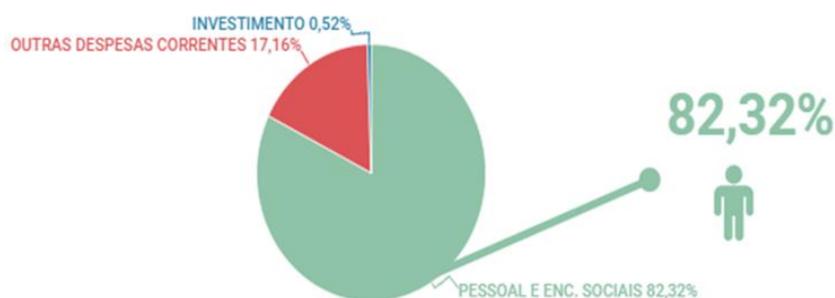
A LOA/2018 consignou à Câmara dos Deputados a dotação orçamentária de R\$ 6,12 bilhões, sendo R\$ 4,92 bilhões para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 1,08 bilhão para outras despesas correntes e R\$ 127,70 milhões para despesas de investimentos. Após o crédito extraordinário que cancelou R\$ 200 milhões, a dotação atualizada da CD em 2018 foi de R\$ 5,92 bilhões.

Nesse contexto, em sua totalidade, as despesas executadas equivaleram a 93,7% da dotação atualizada. Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram 96,4% da dotação. Por sua vez, as despesas de custeio obtiveram 89,3% e as despesas de investimentos 24,7% da dotação atualizada em 2018, conforme figura ao lado.

Percebe-se que mais de 80% das despesas executadas na Casa integram o grupo pessoal e encargos sociais. Os gastos com inativos e pensionistas apresentam tendência de crescimento, devido ao número elevado de servidores aptos à aposentadoria.



Despesas executadas por GND



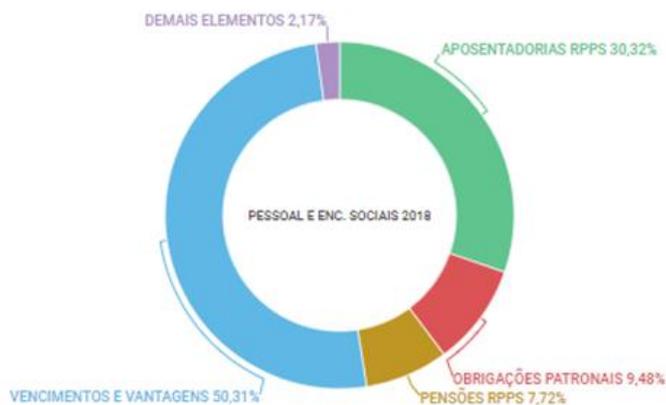
A baixa execução em investimentos se deve, entre outros, às medidas de contenção de despesas. No que tange à ação “Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados”, foram disponibilizados R\$ 3 milhões de dotação na LOA, porém, nenhum valor foi executado, porque não foi possível concluir a contratação

das instalações para ampliar o datacenter na edificação, em razão da necessidade de compatibilizar projetos no âmbito do Departamento Técnico. Na ação “Comunicação e Divulgação Institucional”, houve uma redução na aquisição de equipamentos para a Rede Legislativa, já que, em algumas capitais, as transmissões estão sendo viabilizadas por meio de parceria com o Senado Federal, ficando as despesas restritas, no âmbito da Câmara dos Deputados, à contratação de serviços de manutenção, garantia e reposição de peças/equipamentos de transmissores. Por fim, quanto à ação “Reforma dos Imóveis Funcionais”, não houve autorização para continuidade da obra.

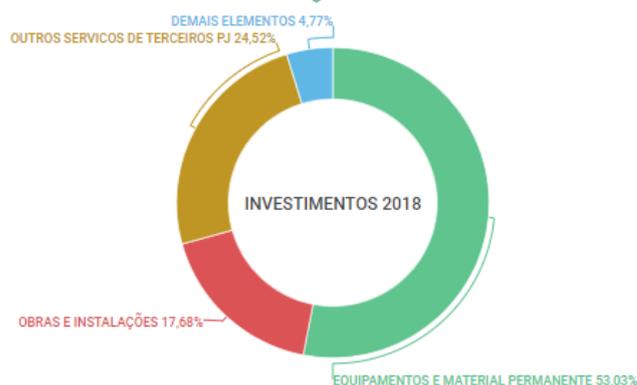
4.1.2 Execução por grupo e elemento de despesa

No grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais (GND 1), os principais dispêndios executados na Câmara dos Deputados, em 2018, foram com vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e aposentadorias e pensões.

O GND 3 (Outras Despesas Correntes) compreendeu as despesas com prestação de serviços e manutenção, tais como locação de mão de obra e outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.



Finalmente, no GND 4 – Investimentos, os principais gastos foram com obras e instalações, equipamentos e material permanente.



Observando o comportamento da despesa por GND nos últimos 3 anos, conforme os gráficos abaixo, nota-se que o ritmo do acréscimo de despesas executadas no GND 1 (6,2%), de 2016 a 2018, foi menor que o IPCA acumulado no período (6,8%). A mesma contenção de despesas se verificou no GND 3, majoradas em 3,7% no triênio analisado. Já em relação ao GND 4, percebe-se uma abrupta redução nas despesas executadas em 2017 relativamente a 2016. Em 2018, em que pese uma retomada dos investimentos, a execução das despesas foi, ainda, inferior em aproximadamente R\$ 1 milhão em relação a 2016.

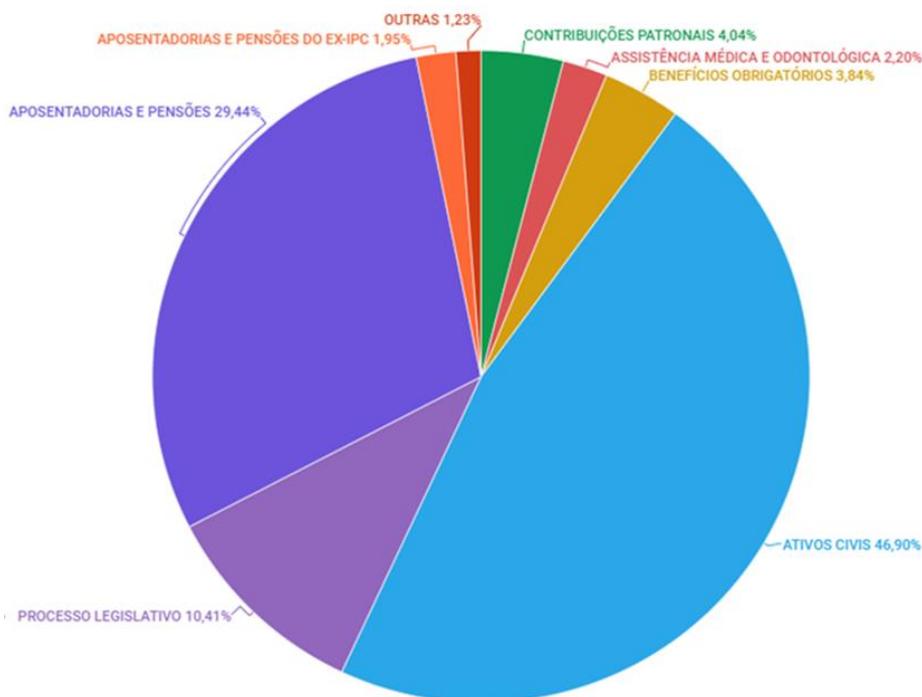


4.1.3 Execução orçamentária por ação

Analisando a execução das despesas da Câmara por ação, observa-se que a maior parte das despesas executadas em 2018 foi concentrada nas ações que abrangem gastos com pessoal: a) R\$ 2,60 bilhões com “Ativos Civis” e b) R\$ 1,63 bilhão com “Aposentadorias e Pensões da União”.

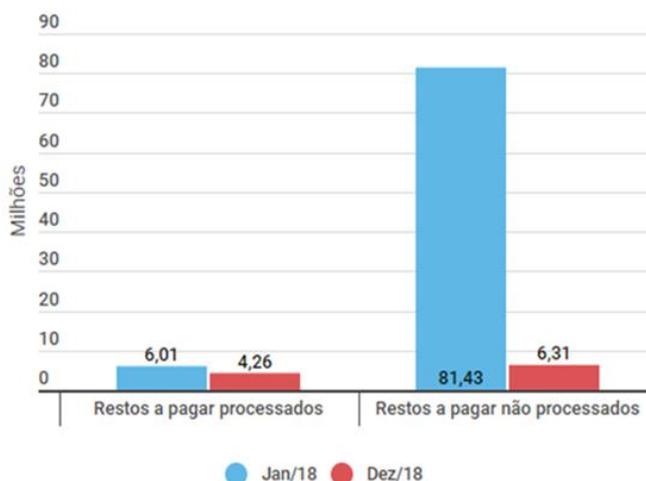
Também merecem destaque as despesas com “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, da ordem de R\$ 578,12 milhões, que estão relacionadas principalmente aos contratos e convênios com pessoas jurídicas e às reformas nos edifícios que compõem o complexo arquitetônico da Câmara dos

Deputados. Essa ação também contempla a atividade finalística do órgão, porque envolve a produção legislativa e o acompanhamento das operações de fiscalização e controle pela CD.



4.1.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Em dezembro de 2018, o saldo de restos a pagar processados foi reduzido a R\$ 4,26 milhões - um decréscimo de 30% quando comparado ao montante no início do exercício (R\$ 6,01 milhões). Aproximadamente 20% deste valor (R\$ 1,25 milhões) foram cancelados, enquanto 10% foram pagos em 2018. A maior parte desse montante remanescente se deve à retenção de valores devidos a fornecedores e que aguardam a conclusão de processo administrativo.



Com relação aos restos a pagar não processados, verifica-se que mais de 90% do montante registrado em janeiro de 2018 (R\$ 81,43 milhões) foi pago ou cancelado, restando apenas R\$ 6,31 milhões a pagar.

Restos a pagar processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2018 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – a ser inscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2018 = A – B – C + D
2017	717.594,09	380.793,58	0	133.913,63	470.714,14
2016	380.628,24	80.379,09	0	0	300.249,15
2015	101.774,50	75.432,97	0	0	26.341,53
2014	1.624.299,06	44.882,45	1.247.661,46	0	331.755,15
2013	3.152.142,77	53.372,89	0	0	3.098.769,88
2012	4.349,01	2.996,83	0	0	1.352,16
2011	26.690,80	0	0	0	26.690,80
2010	359,74	0	0	0	359,74
TOTAL	6.007.838,21	637.857,83	1.247.661,46	133.913,63	4.256.232,55
Restos a pagar não processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2018 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – a ser inscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2018 = A – B – C + D
2017	73.220.219,40	55.043.715,74	13.577.886,70	133.913,63	4.464.703,33
2016	4.939.837,12	271.528,20	4.664.688,92	0	3.620,00
2015	1.958.847,97	1.415.176,86	22,48	0	543.648,63
2014	140.802,73	1.350,00	0	0	139.452,73
2013	931.180,67	9.250,00	0	0	921.930,67
2012	129.631,88	0	0	0	129.631,88
2011	8.372,00	0	0	0	8.372,00
2010	97.208,68	0	0	0	97.208,68
TOTAL	81.426.100,45	56.741.020,80	18.242.598,10	133.913,63	6.308.567,92

OBS: A coluna "D" contempla os valores originalmente inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2018, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

Outras informações a respeito da execução orçamentária dos restos a pagar podem ser consultadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis (nota 27).

4.1.5 Principais desafios e ações futuras

A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, limitou as despesas primárias para cada órgão federal. Nesse contexto, o maior desafio dos diversos órgãos para os anos vindouros, no que tange aos aspectos orçamentário e financeiro, é a adequação das despesas ao limite constitucional.

No caso da Câmara dos Deputados, em que as despesas de pessoal equivalem a mais de 80% da execução orçamentária total do órgão, o desafio maior será exatamente neste grupo de despesa, especialmente em razão das aposentadorias e pensões que deverão ser concedidas nos próximos exercícios. Essas aposentadorias e pensões continuam gerando despesa para o órgão, o que limitará sobremaneira a ocupação das vagas abertas.

A título de exemplo, em 2018, houve a concessão de 106 aposentadorias e apenas 37 servidores entraram em exercício. Diversas unidades administrativas do órgão já sentem a carência de servidores. O gráfico ao lado representa, dentre as ações de pagamento de pessoal, a evolução do percentual cabível às ações de pessoal ativo e inativo/pensionista.

Verifica-se que, desde 2015, a despesa com pessoal ativo foi reduzida em mais de 3 pontos percentuais, ao passo que a despesa com pessoal inativo/pensionista foi acrescida no mesmo percentual.

Evolução da despesa executada com Pessoal Ativo e Inativo/Pensionista (%)



Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

* Inativos/Pensionistas inclui as despesas com aposentados e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas

Além das despesas com pessoal (GND 1), a Câmara dos Deputados deve continuar empreendendo ações de controle sobre as demais despesas de caráter continuado de modo a não comprometer as atividades essenciais da Casa nem a observância do Novo Regime Fiscal.

Nesse contexto, as principais ações futuras a serem adotadas pela Casa envolvem a readequação/relocação de seu pessoal para suprir as diversas atividades do órgão, buscando eficiência e otimização de processos, assim como manter controle das demais despesas continuadas, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

4.2 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas, de forma ampla, está pautada pela [Lei nº 8.112, de 1990](#), e pelo [Ato da Mesa nº 76, de 2013](#), que institui a Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados e tem por finalidade orientar as ações e as decisões referentes a essa área, além de estabelecer seus princípios e diretrizes.

É também norteador das ações em gestão de pessoas o [Ato da Mesa nº 151, de 2014](#), que institui a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara, consoante a linha de atuação estratégica definida como "Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida".

4.2.1 Composição e distribuição da força de trabalho

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



Apresenta-se a seguir a distribuição dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados por sexo, etnia/raça, faixa etária e escolaridade.

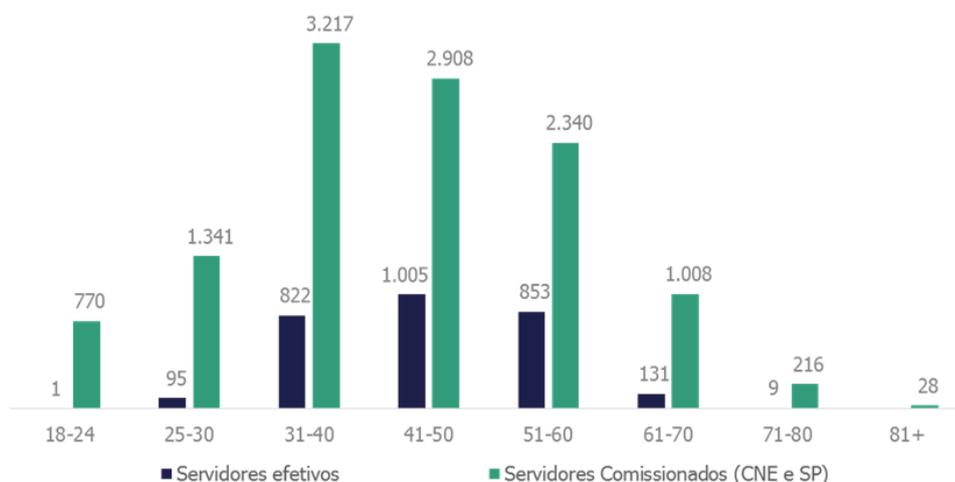
TABELA - QUANTIDADE DE SERVIDORES POR SEXO E RAÇA/COR



Efetivos(as)	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado	Total
♂ Homens	13	522	1	311	32	853	1732
♀ Mulheres	18	420	2	204	20	568	1232
Servidores(as) comissionados							
♂ Homens	25	2686	11	1581	331	2131	6765
♀ Mulheres	43	2303	15	1383	225	1869	5838

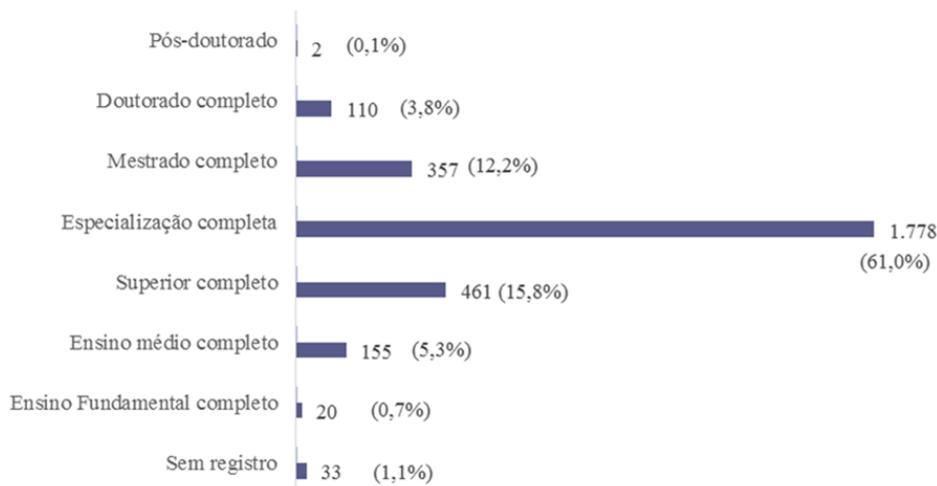
Os dados de raça e cor foram obtidos por meio de pesquisa realizada no mês de março/2018, na qual a maioria dos servidores fizeram a autodeclaração de etnia. O quantitativo pode apresentar uma variação, em decorrência do número de servidores que se aposentaram ao longo do exercício ou foram exonerados.

Servidores por faixa etária



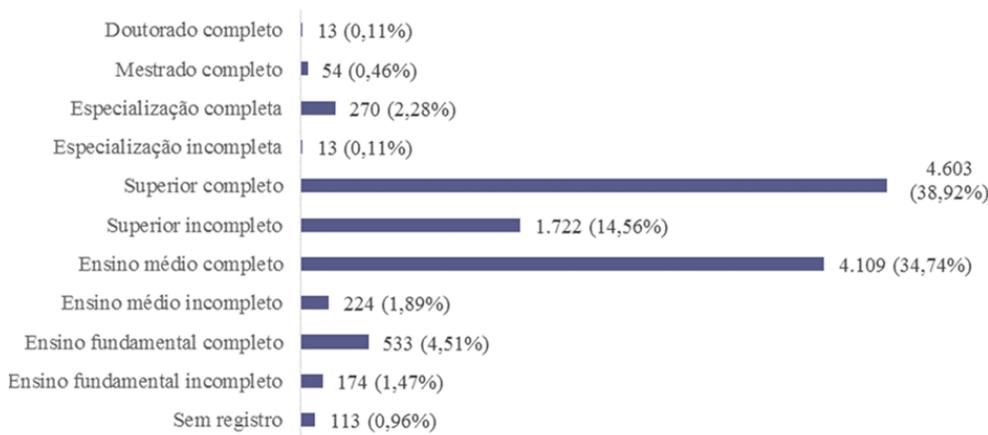
Em geral, a faixa etária dos servidores é um dado que norteia políticas de saúde, qualidade de vida e o controle acerca das previsões de aposentadoria na Casa.

Servidores efetivos por escolaridade



A maioria dos servidores efetivos (61%) possui, além de um nível superior, uma especialização completa. Esse dado demonstra o esforço dos servidores e o incentivo da instituição em manter um quadro técnico atualizado e capacitado. Entre os servidores comissionados, a maioria possui nível médio ou nível superior.

Servidores comissionados por escolaridade (CNE e SP)



Fonte: Departamento de Pessoal.

4.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação e outros desafios da área de gestão de pessoas

O [Ato da Mesa nº 131, de 2016](#), regulamenta a alocação de servidores ocupantes de cargos efetivos na Casa. O normativo tem como propósito melhor distribuir e movimentar os servidores efetivos entre as unidades administrativas, bem como adequar o perfil individual às características das tarefas executadas em cada área de trabalho, além de propor uma participação mais ativa da área de pessoal nos processos administrativos que envolvam mudanças de lotação entre os órgãos, para que não haja excesso nem desfalque de servidores nas áreas.

Em relação à alocação de servidores, a Câmara mantém um serviço voltado ao atendimento de servidores que buscam uma nova tarefa e/ou local de trabalho.

Ainda está em curso a construção de uma nova estratégia, tendo como foco a Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados. O objetivo é criar e desenvolver programas alinhados às diretrizes e aos princípios estabelecidos pela gestão estratégica da Câmara e pela Política, bem como imprimir maior eficiência à gestão de pessoas. A próxima fase consistirá em estabelecer indicadores e priorizar novas ações.

4.2.2.1 Concursos públicos, reintegrações e nomeações

Os atos firmados pelo Presidente desta Casa, no que diz respeito à nomeação de servidores ocupantes de cargos efetivos, e o quantitativo dos que retornaram à atividade em 2018, por reversão e reintegração⁷, estão relacionados abaixo.

Quantitativo de Servidores Efetivos que Entraram em Exercício em 2018



Quantitativo de Servidores Efetivos que Retornaram à Atividade em 2018



Ao final de 2018, não havia concursos públicos vigentes e tampouco previsão de realização de certames.

4.2.3 Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União, está demonstrada por meio do quadro a seguir, que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente aos exercícios de 2017 e 2018

⁷ Sendo 4 por reversão, 1 reintegração e 1 retorno à atividade (dados coletados em 31/12/2018).

Quadro 4 – Despesas de pessoal

Tipologia / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores ^{(1) (2)}	Decisões judiciais ⁽²⁾	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários ⁽¹⁾	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2018	208.520.676	-	17.028.598	-	27.213.190	7.891.854	-	3.047.027		263.701.345
2017	218.200.705	-	17.787.122	-	8.639.893	8.541.250	-	1.725.173		254.894.143
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2018	920.151.996	116.826.716	90.141.910	79.286.861	45.041.746	39.387.001	194.932	1.437.150		1.292.468.312
2017	927.583.109	111.860.105	89.981.401	81.953.439	44.260.907	36.658.472	224.959	1.368.619		1.293.891.011
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade jurisdicionada										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)										
2018	798.778.482	-	66.772.643	32.417.212	194.718.350	8.530.577	10.512	4.600.538	91.584	1.105.919.898
2017	755.476.149	-	63.217.622	35.412.463	188.211.126	6.269.907	10.925	6.517.031		1.055.115.223
Servidores cedidos com ônus										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenação de Pagamento de Pessoal/Sigesp e Coordenação de Administração Financeira/Defin.

Observação:

* Trata-se de despesas com a força de trabalho.

**A contabilização das despesas com servidores cedidos pela Câmara, cedidos à Câmara dos Deputados e sem vínculo (comissionados) não possibilita o desdobramento dessas informações. Portanto, indica-se como "servidores sem vínculo" (investidos em cargo em comissão) os cedidos à Câmara e "servidores de carreira vinculados ao órgão" (servidores concursados de nível médio e nível superior) aqueles cedidos pela Câmara.

(1) Valores de 2017 foram alterados para inclusões de assistência médica referente Pró-Saúde-Escolha Dirigida e reembolso de despesas de assistência à saúde de parlamentares.

(2) Valores de 2017 de "Decisões judiciais" foram realocados para coluna de "Despesas de exercícios anteriores".

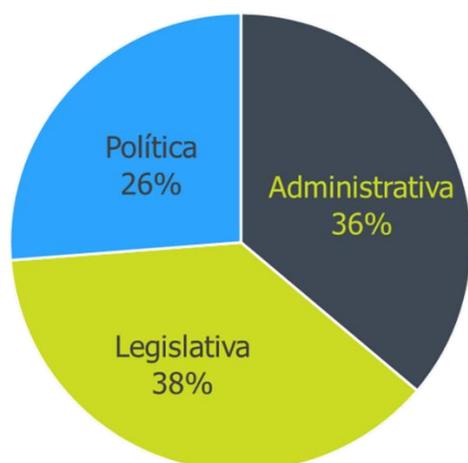
4.2.4 Avaliação de desempenho, carreira e remuneração

A avaliação de desempenho, regulamentada pelas [Resolução nº 21, de 1992](#), [Resolução nº 39, de 1982](#), [Resolução nº 30, de 1990](#), [Portaria nº 166, de 2007](#), [Portaria nº 145, de 2008](#), é realizada somente para fins de progressão funcional dos servidores efetivos, de acordo com o plano de carreira. Em 2018, 1.256 servidores foram avaliados. Destes, apenas 0,15% não tiveram progressão por apresentarem desempenho insuficiente.

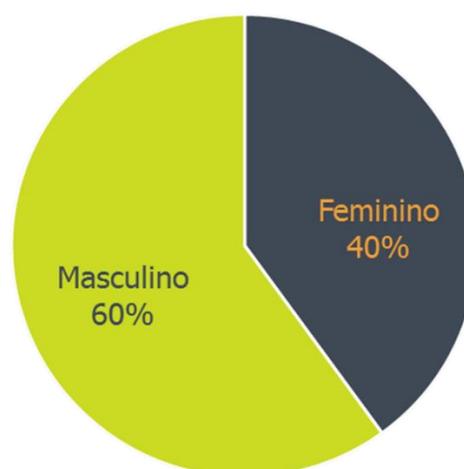
Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Em 2018, 68 servidores concluíram o estágio probatório⁸.

A carreira legislativa contempla também funções comissionadas, que são ocupadas exclusivamente por servidores efetivos. Na Câmara, existem funções comissionadas gerenciais e de assessoria. O quantitativo de cada função encontra-se no site da [transparência da CD](#). Os gráficos abaixo ilustram a distribuição dessas funções por área de atuação e por gênero.

Funções comissionadas por área



Funções comissionadas por gênero



Observação: área política: órgãos vinculados diretamente a um deputado; área legislativa: órgãos que assessoram diretamente a atividade parlamentar; e área administrativa: demais órgãos da Casa.

As informações quanto à remuneração podem ser obtidas no [Portal da Câmara](#)⁹.

4.2.5 Controle sobre acumulação remunerada de cargos

Os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor. Ao identificar a situação de acumulação de cargos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam anualmente declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade.

⁸ O estágio probatório é regulamentado pela [Lei nº 8.112, de 1990](#), [Portaria nº 70, de 1997](#), e [Portaria nº 365, de 2014](#).

4.2.6 Aposentadoria

Ao longo dos últimos anos, o corpo funcional de carreira vem apresentando significativa diminuição, tendo em vista que o ingresso de servidores tem acontecido em menor escala que as vagas surgidas, principalmente devido às aposentadorias. A Câmara já possui 3.312 servidores aposentados. Deste total, no ano de 2018, foram concedidas 106 aposentadorias, o que representa 3% dos cargos efetivos existentes. A reposição de pessoal perfaz o total de 37 novos servidores aprovados em concursos públicos, quantitativo inferior aos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional, em 2018, foi acrescido de 69 cargos desocupados, totalizando 728 vagas, ou 20% do total de 3.640 cargos efetivos existentes. Mais informações acerca dos cargos vagos estão no [portal da Câmara](#).

Essa tendência deve permanecer, porque existem 619 servidores aptos a se aposentarem nos próximos 3 anos. Registra-se que, em 2019, 396 servidores poderão exercer o direito de aposentadoria, elevando o déficit, caso não haja reposição. Na página de transparência da Câmara ([Recursos Humanos](#)), podem ser obtidas mais informações sobre aposentadoria.

Até o ano de 2015, observava-se que a média de idade dos servidores no momento da aposentadoria, aumentava gradativamente. Após o início da apreciação da proposta de reforma da previdência (PEC 287/2016), apresentada em dezembro de 2015, registrou-se queda na média de idade nos anos seguintes.

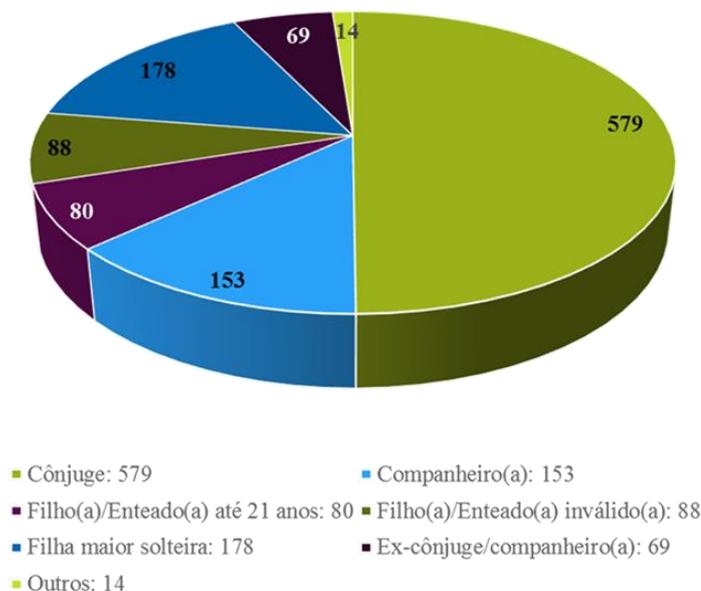


Caso não ocorra reposição com a realização de concursos públicos, alguns órgãos da Casa poderão ter suas atividades comprometidas em virtude da carência de pessoal. Os cargos de Analista Legislativo - Técnico em Material e Patrimônio, Analista Legislativo - Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Analista Legislativo - Contador e Analista Legislativo - Médico, de acordo com projeções de aposentadorias para os próximos 3 anos, poderão ter um déficit de até 70%, 50%, 45%, e 29%, respectivamente, no número de servidores.

Tendo em vista as dificuldades no recrutamento de novos servidores, a Câmara, a fim de minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores, buscou fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do [Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho](#), [Programa de Valorização do Servidor](#) e [Programa de Educação Continuada em Gestão](#).

4.2.7 Pensão civil

Em 2018, existiam 1.161 beneficiários de pensão civil, conforme detalhado abaixo.



4.2.8 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

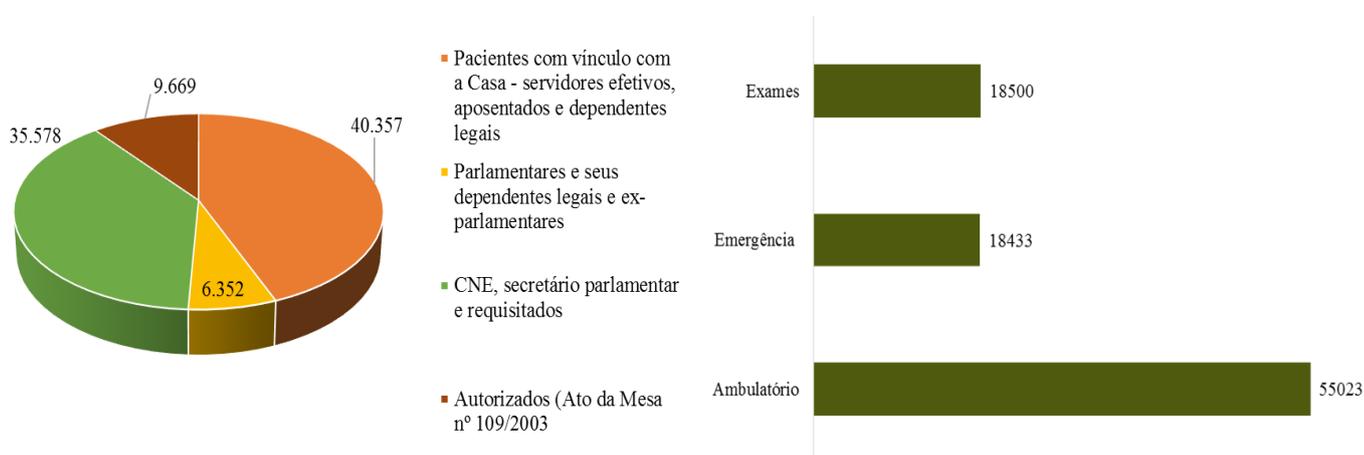
A Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pelo [Ato da Mesa nº 151, de 2014](#), estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e a avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos.

Mediante a atuação do Departamento Médico, em ações conjugadas com outros órgãos da Casa, a Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações.

4.2.8.1 Atendimentos e Procedimentos Realizados

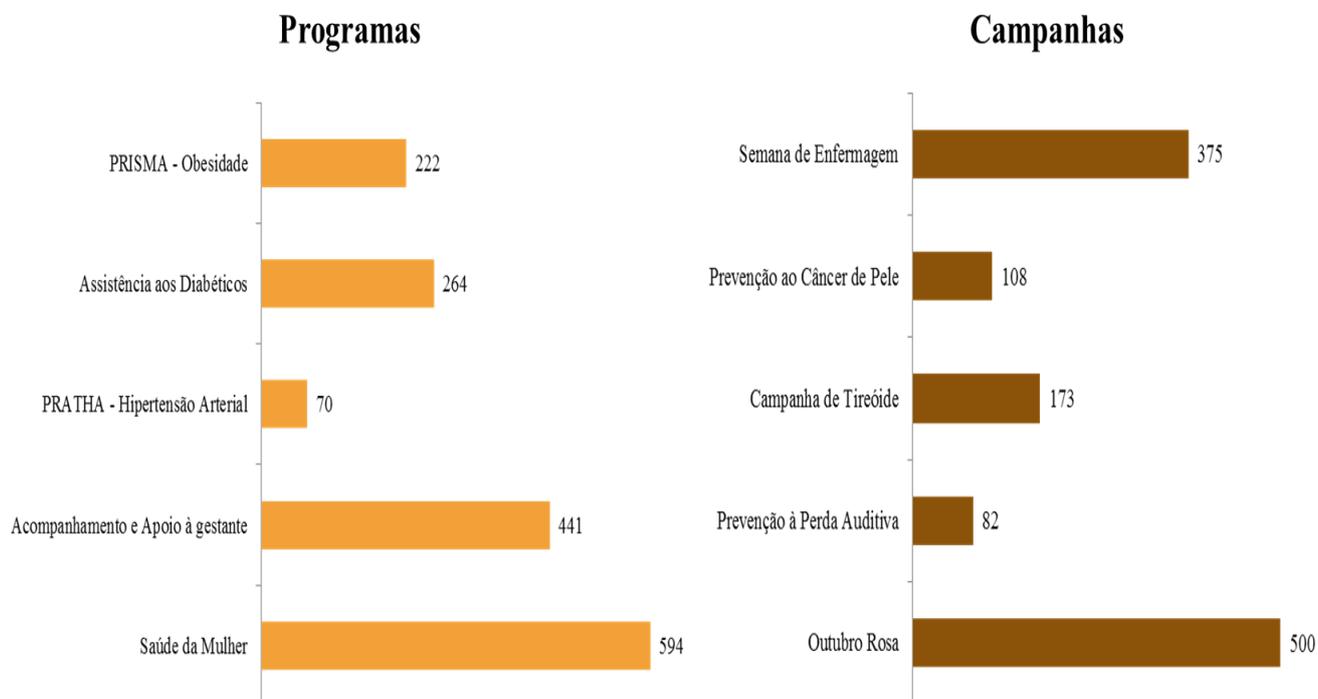
Em 2018, a Câmara dos Deputados realizou 91.956 atendimentos emergenciais, de ambulatório e para exames diagnósticos. As figuras abaixo demonstram os atendimentos conforme vínculo com a Casa e categoria de assistência. Destes, 20% foram atendimentos emergenciais.

Atendimentos realizados em 2018



4.2.8.2 Indicadores de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho

Com o foco nos objetivos estratégicos da área de RH, foram realizados programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral, cujos quantitativos de atendimentos/procedimentos realizados em 2018 são apresentados a seguir.



4.2.8.3 Absenteísmo

Em 2018, foram registrados 8.181 dias de afastamentos para tratamento de saúde de servidores efetivos e comissionados. As doenças que mais frequentemente ensejam afastamento são as ‘doenças do aparelho respiratório’, ‘fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde’ e as ‘doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo’. Os transtornos mentais e comportamentais são os responsáveis pelo maior número de dias de afastamento, seguidos pelos fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde e doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Houve, em 2018, uma redução do número de atestados e do total de dias de afastamento. Isso representa uma inversão à tendência observada entre os anos de 2015 a 2017, quando houve um aumento progressivo desses quantitativos.

4.2.8.4 Acidentes de trabalho

Em 2018, ocorreram 57 acidentes de trabalho, sendo 56 típicos e 1 de trajeto. Em comparação a 2017, houve redução de 12,3% no número de acidentes, o que acredita-se resultar de ações preventivas implementadas na Câmara dos Deputados como: participação nas ações educativas em relação à prevenção de acidentes com perfuro-cortantes e avaliação constante de partes da estrutura física consideradas como fator de risco de acidentes, visando à adequação de pisos e escadas.

A maior prevalência de acidentes típicos está em trabalhadores terceirizados, tendo em vista a natureza do trabalho desenvolvido (atividades de marcenaria, eletricista, pedreiro, limpeza, dentre outras), o que implica maiores riscos a esse grupo de trabalhadores. Já em relação aos servidores efetivos, as ocorrências mais frequentes são de caráter ergonômico.

4.2.8.5. Doenças ocupacionais

Em 2018, houve 1.001 atendimentos no programa “Exame Periódico de Saúde”, sendo 712 em servidores de áreas gerais e 289 em servidores de áreas com risco ocupacional. Foi observado uma diminuição de 1% nos atendimentos em relação a 2017, com prevalência de problemas relacionados à saúde mental (56,4%) e osteomusculares (31,9%).

Também foram realizados 543 atendimentos voltados para inspeções ergonômicas (individual), escola de postura e ginástica laboral. Essas ações têm como objetivo conhecer a atividade do trabalho e seu contexto laboral para identificar possíveis fontes de adoecimento e, através desse diagnóstico, produzir recomendações para melhoria do bem-estar no trabalho e serviços.

Como uma das formas de combater o adoecimento no ambiente de trabalho, a Câmara realiza o Projeto Saúde Integral que já está no seu sétimo ano, promovendo palestras e debates para trazer informações e novos pontos de vista que ampliem a visão no cuidado à saúde e a promovam em todos os seus aspectos: físico, emocional, mental, social e espiritual.

4.2.8.6 Ações de qualidade de vida no trabalho

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa nº 27, de 2003](#), o programa conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, atuando nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

As ações e campanhas desenvolvidas em 2018 estão detalhadas abaixo.

Ações de qualidade de vida no trabalho	Quantidade de eventos	Pessoas atendidas
Prevenção ao tabagismo	1	11
Preparação para aposentadoria	2	107
Educação financeira	8	1.037
Acompanhamento funcional	-	307
Orientação lotação	-	58
Consultoria interna em SSQVT	-	3
Total geral	11	1.523



4.2.8.7 Clima organizacional

No final de 2018, a Câmara dos Deputados iniciou uma pesquisa de clima organizacional para verificar a percepção dos servidores e colaboradores em relação ao ambiente de trabalho. O objetivo é identificar aspectos que influenciam o comportamento profissional e afetam o desempenho da instituição. A aplicação periódica da Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação no Trabalho foi instituída pela Portaria DG nº 240/2018. Neste primeiro ciclo de aplicação, participaram servidores efetivos, CNEs e terceirizados que possuem e-mail institucional.

Os resultados da aplicação da pesquisa de clima organizacional e seus desdobramentos para a Gestão de Pessoas estão em fase de conclusão.

4.2.8.8 Desafios na área de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Câmara enfrenta o desafio de manter o índice de atendimento satisfatório, tendo em vista a possibilidade de aposentadoria dos profissionais da área de saúde.

Outro aspecto importante é a valorização do cuidado com a saúde mental, principalmente na prevenção de doenças ou sofrimento mental. É necessário dedicar atenção aos fatores relacionados ao ambiente de trabalho: organização do trabalho, natureza das tarefas, respeito às diferenças, adequação do perfil profissional ao local de trabalho, etc., para que se evite, de forma geral, um aumento nos casos de sofrimento mental, assédio, adoecimento e suicídio.

4.2.8.9 Redução de despesas na área de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

No ano de 2018, a Câmara implementou medidas relacionadas à redução de custos na área médica, com base nas diretrizes da Casa. As ações envolveram diversos processos de trabalho e as principais consistiram em:

- Alteração do horário de funcionamento da Coordenação de Emergências Médicas, extinguindo o funcionamento aos finais de semana e noturno (exceto terças e quartas-feiras), e transferindo força de trabalho para os horários de maior movimento. Essa medida resultou em redução nas despesas com pagamento de adicional noturno e de final de semana e, ainda, nos custos de manutenção da estrutura predial em funcionamento;
- Priorização da publicação dos materiais educativos para as campanhas e programas no formato digital; e
- Adequação dos quantitativos de consumo de materiais, insumos, reagentes e medicamentos, evitando desperdícios e vencimento de materiais.

4.2.9 Capacitação e desenvolvimento de pessoas

O alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara exige a constante capacitação e especialização de seus servidores, uma vez que os resultados a serem alcançados dependem fortemente da atuação de pessoas preparadas para as demandas permanentemente impostas à instituição.

A formação cidadã é voltada para a disseminação de valores democráticos, por meio de ações educacionais presenciais e virtuais, a fim de contribuir ao pleno exercício da cidadania política. Suas diretrizes de atuação encontram-se descritas no Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Casa, na [Política de Recursos Humanos](#), no Projeto Pedagógico Institucional e no [Regulamento](#) do Cefor.

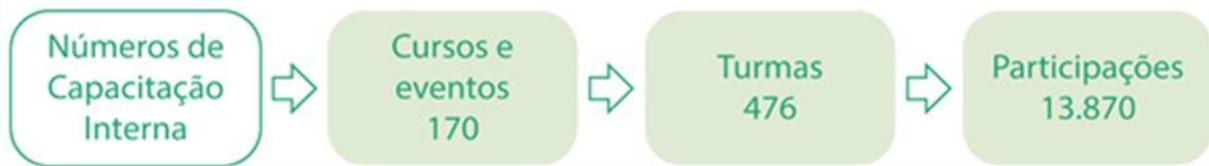
A Câmara dos Deputados tem como um de seus propósitos promover a educação legislativa e prover a Casa de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. A educação legislativa é realizada de forma sistemática fundada em três funções educacionais integradas e coordenadas: a **educação continuada** do corpo funcional, a **produção e disseminação de conhecimento** acerca do Poder Legislativo e a **educação para a democracia**.

4.2.9.1 Educação Continuada

➤ Capacitação interna

Entre as ações e cursos ofertados, no contexto da capacitação interna, destacam-se os Programas de Educação Continuada (PEC) que correspondem a um conjunto de ações educativas voltadas para atender a determinados públicos ou desenvolver conjuntos de competências específicas de áreas ou atividades consideradas relevantes à missão institucional. O principal desafio em relação a esse programa é sua constante atualização e consequente capacitação dos gestores em todos os conteúdos que sejam considerados prioritários no contexto da gestão estratégica.

Em 2018, o quantitativo de participantes foi de 13.870, conforme detalhamento a seguir.



PEC Aquisições



Trilha de Capacitação em Processo Legislativo



➤ Capacitação externa

Como forma alternativa de capacitação, os servidores podem participar de ações de formação, capacitação ou aperfeiçoamento promovidas por outras organizações. Essas ações possibilitam atualização em diversos campos de atuação profissional dos servidores efetivos da Casa, além de proporcionar intercâmbio de experiências, ampliação de redes de aprendizagem e divulgação de boas práticas e do conhecimento institucional. Dos 1.702 processos de capacitação externa, 30% geraram ônus adicionais com passagens e/ou diárias e inscrições.



4.2.9.2 Produção e disseminação de conhecimento

➤ Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação da Casa atua em três vertentes integradas – ensino, pesquisa e extensão - e tem o papel de desenvolver uma pedagogia do conhecimento aplicada ao campo do legislativo, ao tempo em que se afirma como espaço ideal de produção e disseminação de saberes sobre o parlamento e a democracia no Brasil.

Na dimensão do ensino, inclui a oferta de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, desenvolvidos exclusivamente ou em parceria; curso de mestrado profissional em Poder Legislativo e de doutorado interinstitucional, por meio da contratação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ, que, em 2018, formou 12 (doze) doutores.

Entre os cursos de especialização, destacam-se em 2018 os Cursos de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Senado Federal (SF) e de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com o TCU, SF e o Instituto Latino-Americano (ILANUD/ONU), com total de 80 alunos.

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado por meio de pesquisas realizadas nos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), os quais se propõem a diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover análises, sistematização e aprimoramento de suas práticas. Destacam-se neste ano os cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa – Oficina *Lattes* (abril e outubro); Oficina de Normalização de Trabalhos Acadêmicos (novembro) e Oficina de Projetos de Pesquisa (dezembro).

A vertente da extensão engloba a difusão e divulgação do conhecimento e as ações junto ao público externo. Na disseminação da produção científica, a revista eletrônica [E-Legis](#) este ano passou a contar com tradução para os idiomas inglês e espanhol. A [IX Jornada de Pesquisa e Extensão](#), em 2018, reuniu pesquisadores e alunos de diversas instituições sobre o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”.

Um desafio para a gestão de pessoas é aproximar ainda mais as áreas técnicas da Câmara dos Deputados dos relevantes resultados científicos obtidos por meio das pesquisas e trabalhos de conclusão de curso.



4.2.9.3 Educação para a democracia

A sociedade brasileira também é parte do público-alvo das ações educativas da Câmara, a partir do reconhecimento de que Poder Legislativo tem o papel de contribuir para a formação dos cidadãos para a vivência democrática. Nesse sentido, são oferecidas ações educativas em vários níveis, nas modalidades presencial e a distância, para que os cidadãos conheçam a Câmara dos Deputados, compreendam seu papel e obtenham formação em temas correlatos.

Os programas presenciais são projetados, de modo geral, em sistema de imersão e se utilizam de técnicas de pedagogia ativa para atender a grupos de servidores, professores, representantes da sociedade civil organizada, cidadãos em geral, formatos que têm sido bem avaliados. Dentre esses programas, destacam-se [Estágio Visita](#), [Estágio-Participação](#), [Missão Pedagógica no Parlamento](#) e [Oficinas de Atuação no Parlamento](#). Estudantes, nos últimos anos, têm representado cerca de 80% de um total aproximado de 2.000 pessoas/ano, quantitativo limite de nossa capacidade de atendimento com os recursos disponíveis.

No campo virtual, os produtos de educação para democracia são disponibilizados por meio de dois endereços virtuais: um site ligado ao domínio da Câmara, que pode ser acessado a partir da página principal (www.camara.leg.br/evc) ou diretamente por meio de: <https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/> e um canal no YouTube ([EVC– Câmara dos Deputados](#)).

Quanto ao desenvolvimento de objetos de aprendizagem para a Escola Virtual de Cidadania - EVC, houve intensificação na produção de novos conteúdos, em formatos mais modernos, atrativos e inovadores, até mesmo considerando a perspectiva da acessibilidade às pessoas com deficiência (PcD).

Dentro da EVC também está presente o Flux, considerado uma nova forma de desenvolver cursos a distância.

Um desafio da área é a divulgação das ações educativas da Câmara dos Deputados. Para isso, estão em planejamento parcerias estratégicas para realização de diagnósticos, desenvolvimento e cessão de conteúdos e apoio à divulgação e veiculação dos produtos. Também estão sendo desenvolvidos estudos para a melhoria da arquitetura das páginas e centralização dos acessos.

VALE A PENA ACESSAR

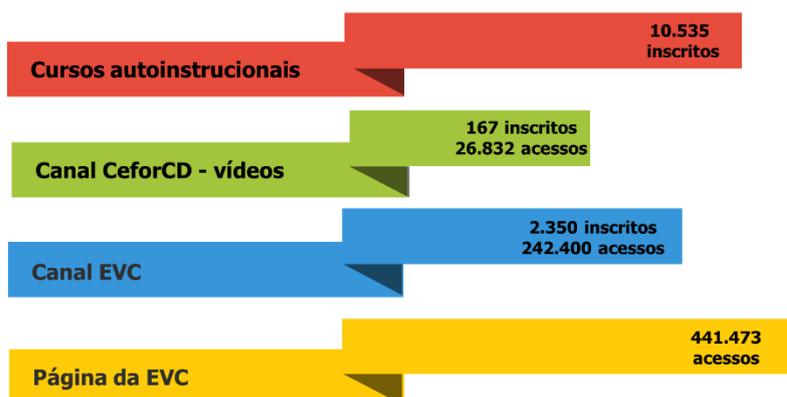
[Eleições – o que muda](#) - aborda as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional n. 97/2017.

[Verdade ou Consequência](#), um diálogo sincero entre deputados e cidadãos, que trata da organização da Câmara, também disponível em formato de [revista em quadrinhos](#).

[Inclusão, Educação e Trabalho](#) –traz temas relevantes sobre pessoas com deficiência (possui Libras). Dessa série foram produzidos 5 vídeos sobre [Como lidar com pessoas com deficiência](#).

[O papel das Leis](#) – discorre sobre para que existem leis.

Números na educação a distância – EAD



A Câmara busca diversificar sua atuação em termos de público-alvo e também em relação às modalidades de atuação, conforme o previsto em seu projeto pedagógico e nos objetivos estratégicos.

No entanto, há alguns desafios que ainda precisam ser superados, como a limitada estrutura e o desenvolvimento de novas capacidades para a elaboração de novos programas e produtos a distância, que poderão propiciar o incremento das ações de educação legislativa em termos de alcance e relevância.

4.2.9.4 Estágio universitário

A Câmara dos Deputados, em conformidade com o [Ato da Mesa nº 81, de 2013](#), oferece estágio universitário por meio de convênios com 9 (nove) instituições de ensino do Distrito Federal.

As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino, quanto na Câmara. Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no [portal](#) da Câmara dos Deputados. O estágio universitário conta com 244 vagas conveniadas, sendo 11 preenchidas por pessoas com deficiência.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das vagas conveniadas de estágio vigentes em cada trimestre, por área de lotação. O estudante recebe bolsa-estágio no valor correspondente a R\$ 1.120,00, acrescida do auxílio-transporte de R\$ 10,00 por dia estagiado.

Quadro 5 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total		
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00
2016	145	113	258	119	93	212	84	68	152	60	61	121	3.002.817,86	257.448,01
2017	67	58	125	117	86	203	137	96	233	138	98	232	2.058.397,60	373.573,07
2018	126	80	206	149	108	257	135	103	238	125	104	229	2.253.384,40	410.362,67

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

4.2.9.5 Redução de despesas na área de capacitação e desenvolvimento de pessoas

Visando economia processual e financeira, considerando a política de valorização do servidor e a circulação do conhecimento institucional, foram priorizadas as contratações via Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, prevista na Lei nº 8.112, de 1990, como retribuição a servidores públicos federais da Câmara ou de outros órgãos públicos. Dessa forma, reduziu-se o gasto com o pagamento a instrutores contratados externamente, via Lei nº 8.666, de 1993, (item de despesa “Instrutoria externa para público interno”). Desse modo, no ano de 2018, foi executado um valor de R\$ 91.770,84, de um total de R\$ 350.000,00 disponível no orçamento.

Ainda como forma de economia de recursos, diversos eventos organizados em locais externos foram realizados em 2018 sem custos de locação, em virtude de acordos de cooperação mantidos entre a Câmara e outros órgãos públicos, como, por exemplo, o TCU. Desse modo, no item de despesa “Locação de espaço físico para eventos”, foi executado somente um valor de R\$ 8.232,04, de um total de R\$ 160.000,00 previsto no orçamento.

4.2.10 Responsabilidade social

A Câmara possui o Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente), cujo objetivo é a inclusão social de jovens adolescentes, por meio da formação técnico-profissional do adolescente aprendiz, com amparo na [Lei nº 10.097, de 2000](#) (Lei da Aprendizagem).

O Pró-Adolescente conta com 430 jovens que trabalham de segunda a sexta-feira, com jornada de 4 horas diárias, nos horários da manhã (das 8 às 12 horas) ou da tarde (das 14 às 18 horas). Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/programa-pro-adolescente>.

4.2.11 Contratação de pessoal de apoio

A Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação às atividades-meio, informa-se que, em 31/12/2018, esta Casa dispunha de 3.209 postos de serviços terceirizados de diversas categorias. O quantitativo de terceirizados foi aumentado, em relação ao exercício de 2017, em aproximadamente 1,52%.

As principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no [portal](#) da transparência da Câmara dos Deputados. Além disso, desde a entrada em vigor da [Lei nº 12.465, de 2011](#), esta Casa publica em seu [site](#) uma relação de todos os seus prestadores de serviços terceirizados com nome, função, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

4.3 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Na Câmara dos Deputados, a gestão do patrimônio e da infraestrutura são, *lato sensu*, atribuições da Diretoria Administrativa (Dirad), que responde ainda por outras atividades diretamente relacionadas. Ressalta-se a incorporação de questões relacionadas à sustentabilidade, a qual constitui uma premissa da Câmara.

No âmbito das compras e contratações públicas, houve a consolidação da Central de Compras da Câmara dos Deputados, que é mais bem detalhada no [item 4.3.3](#) deste relatório.

Em relação aos desafios da gestão de patrimônio e infraestrutura, de modo geral, destaca-se a necessidade da recomposição da força de trabalho em curto prazo, com o fim de não gerar possíveis impactos negativos na execução das atividades. A escassez da mão de obra tem sido trabalhada pelo lado da eficiência administrativa, com a implementação de controles e mudanças de processo, além de projetos e propostas de alteração da legislação interna que gerem reais possibilidades de ganhos operacionais.

As propostas em andamento incluem a mudança na regulamentação da gestão e fiscalização de contratos, a alteração dos procedimentos de pesquisa de preços em contratos continuados e a mudança nos processos de aquisição e de liquidação da despesa. Além disso, existe o Programa de Gestão Continuada com o foco em Aquisições (PEC-Aquisições), direcionado à capacitação, de forma estruturada e orgânica, dos gestores da Câmara.

Assim, neste item são apresentadas informações sobre a gestão do patrimônio e infraestrutura, no que tange à gestão da frota de veículos própria e terceirizada, gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Central de Compras.

4.3.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O normativo que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa nº 63, de 2005](#), o qual disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e as suas responsabilidades, além de outras disposições.

4.3.1.1 Plano de substituição da frota

Os contratos de locação dos veículos preveem que, a partir de dois anos de uso do veículo, a Câmara dos Deputados poderá solicitar sua substituição por um mais novo. Esta condição é uma das grandes vantagens de se ter frota terceirizada. Portanto, o modelo de locação proporciona a obtenção de uma frota sempre nova, praticamente sem custos adicionais.

Os veículos próprios remanescentes são em pequeno número e serão substituídos à medida em que haja necessidade real.

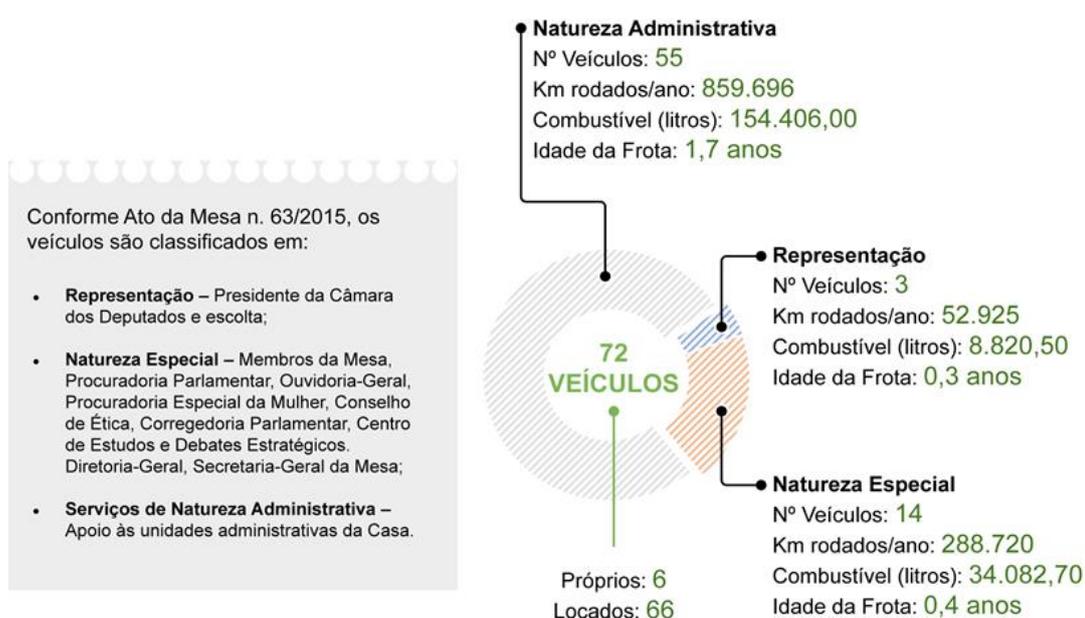
A Câmara dos Deputados optou por migrar, gradativamente, do modelo de gestão de frota própria para terceirizada. Nele, restou evidenciado que a migração para frota terceirizada apresentava vantagens em relação ao modelo de frota própria. A redução da estrutura física em 670 m², a redução da estrutura administrativa, a extinção dos contratos de mão de obra para manutenção dos veículos (mecânicos, lanterneiros, pintores, borracheiros, etc.), do contrato para fornecimento de peças de reposição, do contrato para manutenção dos equipamentos e ferramentaria da oficina, das despesas de pessoal de apoio na oficina e no almoxarifado (estoque) de peças levaram à conclusão de que a melhor opção seria a mudança no modelo de gestão para frota terceirizada.

4.3.1.2 Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 6 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 66 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, número de usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas a sua manutenção, estão apresentadas a seguir:



4.3.1.3 Redução de despesas na área de transportes

Em 2018, os fatos mais significativos ocorridos no que refere à redução de despesas na área de transportes foram os seguintes: supressão de seis postos de trabalho no contrato de motoristas, que vai gerar uma economia anualizada de aproximadamente R\$ 670.000,00; redução de 11 veículos locados, que proporcionou uma economia anualizada de R\$ 171.600,00; com as mudanças no “Termo de Referência e Especificações” para o novo contrato de locação de veículos (vigente desde julho/2018), foi possível contratar veículos mais baratos, que possibilitarão uma economia anualizada de R\$ 164.205,72. Destaca-se, também, a implantação do Táxi Leg.

▪ Táxi Leg

Na busca de soluções de logística que agregassem eficiência e economicidade, a Câmara dos Deputados implantou o ‘serviço de agenciamento de transportes por meio de veículos por demanda via solução tecnológica (aplicativo ou web)’, denominado Táxi Leg que é disciplinado pela [Portaria nº 151, de 2018](#), nos termos e condições do contrato nº 2018/106. Destinado a atender as demandas de transportes para ‘serviços administrativos’, a contratação do serviço permitiu reduzir a frota locada de veículos e suprimir de 5 postos de trabalho (motoristas).

Demanda e utilização do Sistema TáxiLeg

TáxiLeg é o serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via *web*, usado pela Câmara dos Deputados, e funciona nos moldes do sistema implantado pelo Ministério do Planejamento, o TáxiGov. Efetivamente implantado em agosto, foram **3.106** demandas/atendimentos realizados pelo Sistema TáxiLeg até o fim de dezembro.

Gráfico 3 – Demandas/atendimentos mensais do Sistema TáxiLeg



Imagem 1 – Comparativo entre modalidades de serviço

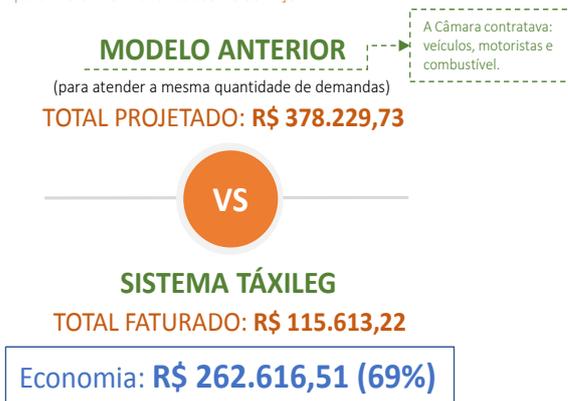


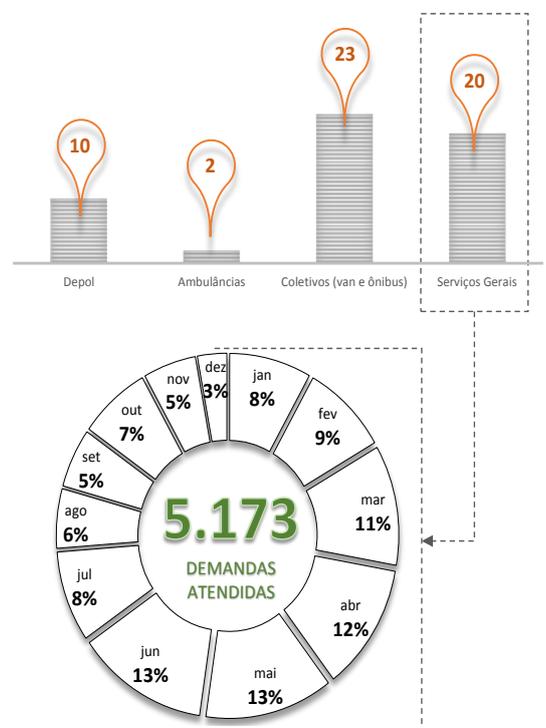
Imagem 2 – Resultados do período



Demanda e utilização da frota de Natureza Administrativa para atendimento de Eventos e Serviços Gerais

Observa-se que, com a implantação gradativa do Sistema TáxiLeg, ocorrida efetivamente em agosto, o número de demandas registrado apresentou uma queda a partir do segundo semestre do ano.

Gráfico 4 – Frota de veículos de Natureza Administrativa



4.3.1.4 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens sob sua responsabilidade, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação de seu valor.

A frota própria remanescente está em perfeitas condições de uso, e, primando pelo princípio da economicidade dos recursos públicos, não há previsão de alienação.

4.3.1.5 Outras informações sobre os transportes na Câmara

A mobilidade urbana se tornou um desafio a ser superado, ou ao menos mitigado, em todas as grandes cidades. Os estacionamentos remotos da Câmara foram criados para facilitar o deslocamento de servidores e colaboradores que se utilizam do carro de casa até o trabalho, conforme demonstra a figura abaixo.

Demanda e utilização da frota de Natureza Administrativa para atendimento do Programa Mobilidade Sustentável (MOB)

Pensando em **Sustentabilidade Ambiental e Urbana**, o Programa Mobilidade Sustentável (MOB) é composto por vans e ônibus com trajetos, horários e pontos de parada programados que buscam atender algumas das principais rotas de acesso aos edifícios que compõem a Câmara dos Deputados. Foram criados estacionamentos remotos para diminuir o impacto do trânsito, e suas consequências, nas imediações do Congresso Nacional e também na Esplanada dos Ministérios, diminuindo a quantidade de veículos em circulação nestas áreas.

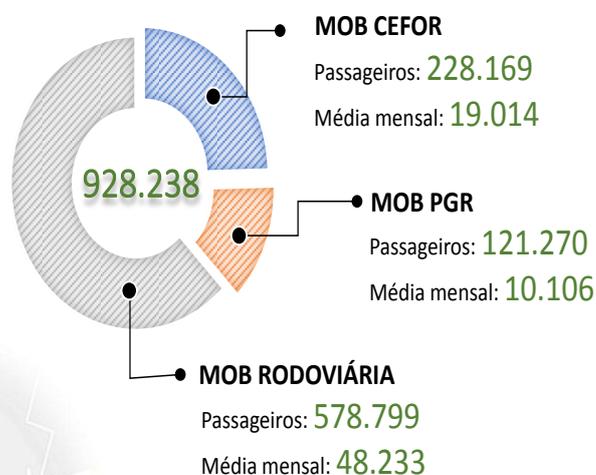
Buscando ampliar o alcance destas medidas e dos seus **efeitos benéficos ao meio ambiente**, em maio de 2016, os Diretores-Gerais da Câmara e do Senado assinaram Ato Conjunto permitindo o compartilhamento de suas vans pelos usuários.

Imagem 1 – Localização das bases dos MOBs



Conforme pode ser verificado no Gráfico 6 abaixo, o MOB Rodoviária possui o maior fluxo de passageiros do programa, correspondendo a 62% de toda a demanda.

Gráfico 2 – Fluxo de passageiros do Programa MOB



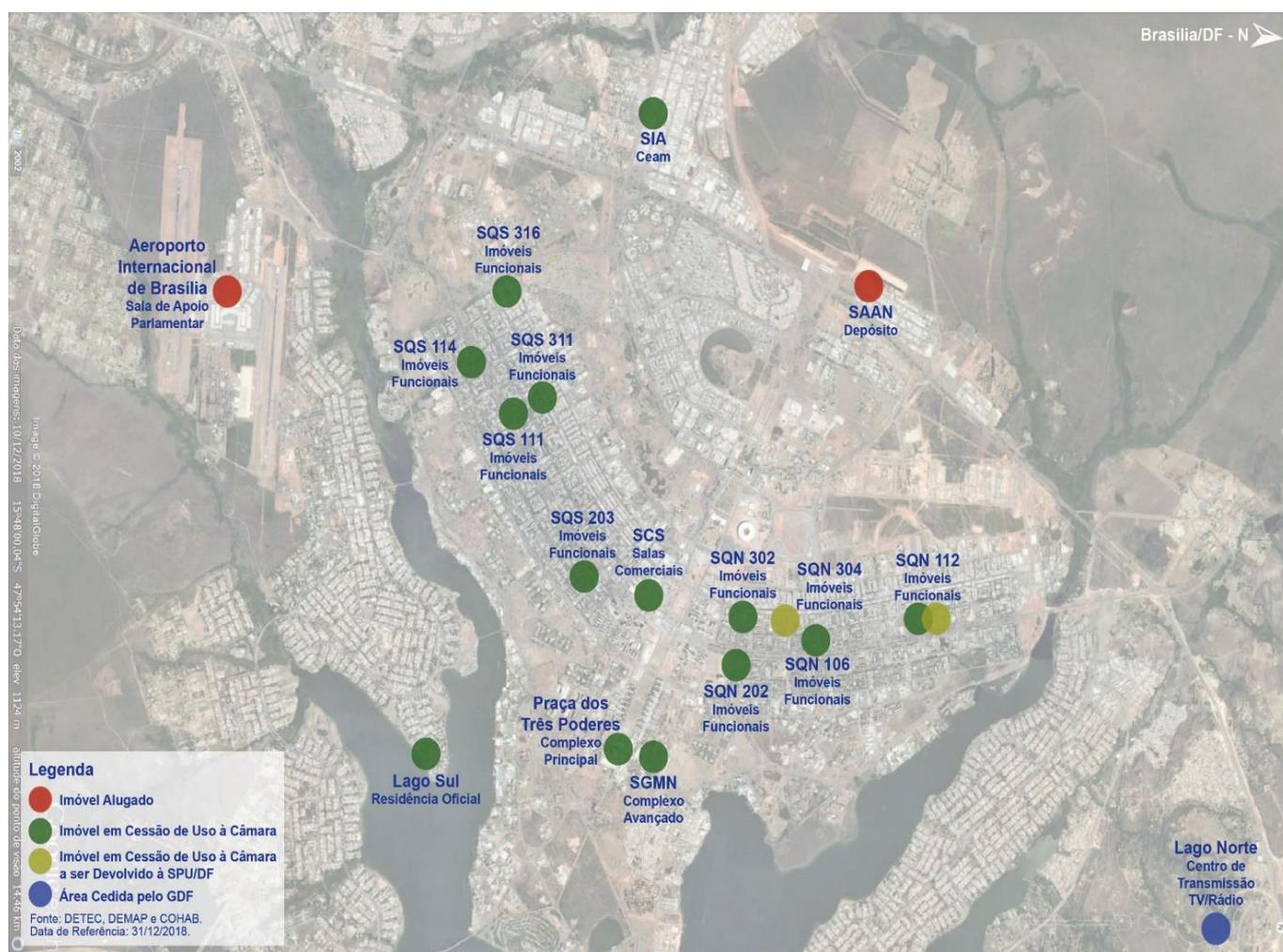
4.3.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Atualmente, existem 461 imóveis de propriedade da União localizados em Brasília que estão registrados e sob responsabilidade desta Casa, sendo 6 edifícios administrativos, 7 salas comerciais, 2 terrenos, 1 casa (residência oficial) e 445 apartamentos ou imóveis funcionais de parlamentares (13 integram a reserva técnica)

Além desses 461, estão em uso pela Câmara dois imóveis da reserva técnica (apartamentos funcionais) registrados na unidade gestora da SPU-DF, os quais também se encontram em Brasília - DF, e que serão restituídos à SPU tão logo sejam desocupados, em atendimento ao [Ato da Mesa nº 67, de 2015](#).

4.3.2.1 Distribuição geográfica dos imóveis à disposição da Câmara dos Deputados

A distribuição geográfica de todos os imóveis à disposição da Câmara dos Deputados pode ser observada na figura a seguir.



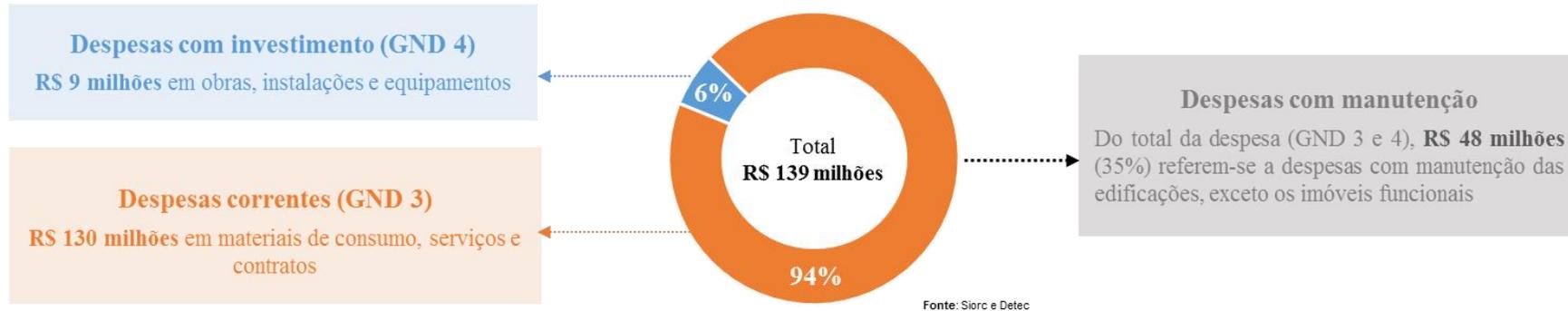
4.3.2.2 Bens imóveis sob responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóveis funcionais)

A seguir, apresentam-se informações sobre os bens imóveis, exceto os imóveis funcionais que são tratados no [item 4.3.2.3](#) deste Relatório.

Bens imóveis (exceto imóveis funcionais)

As despesas com infraestrutura estão alinhadas com a diretriz de “Gestão” da Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara, dentro da linha de atuação: “Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços”

Execução Orçamentária em 2018



Fonte: Siorc e Detec

Principais resultados

Conclusão da construção do edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM)

- Ganho de espaço para atividades parlamentares no Complexo Principal.
- Atendeu-se à Tomada de Contas Anual - proc. 2008/163379, relacionada à qualidade das instalações dos almoxarifados.
- O edifício atende ao mais alto grau de eficiência energética (Energia Classe A).



Execução do Plano de Preservação e Conservação do Palácio do Congresso Nacional

- Criação de salas multiuso para a reunião da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes.
- Resgatou-se a vocação original do Palácio do Congresso Nacional, que são as atividades parlamentares.



Execução do Plano de Adequação das Instalações da Câmara às Normas de Segurança e Contra Incêndio e Pânico

- Incremento da segurança das pessoas e do patrimônio, por meio de ações como abertura de novas rotas de fuga e saídas de emergência e instalação de sistemas de alarme e detecção de incêndio.



Imagens: Detec

4.3.2.2.1 Mudanças e desmobilizações relevantes

Com a conclusão das obras relativas à construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM/SIA), houve a mudança das Coordenações de Patrimônio e de Almoxarifados para o novo prédio, o que proporcionou a unificação de almoxarifados que anteriormente se encontravam dispersos pelo complexo de edifícios da Câmara dos Deputados.

As ações relativas à mudança, ocorrida no segundo semestre de 2018, decorreram do Projeto Corporativo “Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais - CEAM/SIA”.

4.3.2.2.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

O principal risco relacionado à gestão de imóveis consiste na possibilidade de perda de informações devido à ausência de um sistema de gestão de imóveis na Câmara dos Deputados. Hoje, os dados e os controles são mantidos e realizados mediante planilhas em Excel. No entanto, para atender essa necessidade, já foi criado projeto departamental, com o objetivo de elaborar Estudo Técnico Preliminar para a substituição ou alteração do Sistema de Gestão de Material e Serviço (Sigmas) que permita o gerenciamento imobiliário.

4.3.2.2.3 Conformidade Legal

O [Ato da Mesa nº 63, de 1997](#), é o normativo que baliza a atuação no que diz respeito ao registro dos bens imóveis, enquanto a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014, é a norma norteadora das principais atividades de atualização e reavaliação dos imóveis da União em uso pela Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados, por meio do Departamento de Material e Patrimônio, observa as normas e orientações da Secretaria de Patrimônio da União e atualiza os dados dos imóveis de uso pela Câmara dos Deputados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Ressalta-se que, no ano de 2018, os valores dos imóveis foram atualizados em virtude de obras e instalações incorporadas, e também devido à atualização monetária dos últimos dois anos (2017 e 2018) com base em índices de IPTU.

4.3.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e o controle de **imóveis funcionais** são regulamentados pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). Todo o processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até a eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

4.3.2.3.1 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na tabela abaixo. Importante destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los e são reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria.

Quadro 6 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, até mesmo financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os Laudos de Vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica, gás canalizado e abastecimento de água e coleta de esgotos (no caso dos imóveis situados na SQN 302).

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzido a partir de rígido controle de ocupações e desocupações, acompanhado pela célere instrução de processo de cobrança administrativa quando o parlamentar não constar da folha de pagamento do mês em referência.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito às normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatida pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizada pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, bem como para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão informal dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecida por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embaraços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da Administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzida por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizada por contrato de seguro firmado pela administração e celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 93.054,67 (noventa e três mil cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2017 a 25/8/2018. No dia 23/10/2018, foi firmado novo contrato com a Seguradora Somp Seguros S.A., ao custo de R\$ 69.550,00, para o período de cobertura compreendido entre 23/10/2018 a 22/10/2019.

Fonte: Coordenação de Habitação.

4.3.2.3.2 Política de ocupação dos imóveis funcionais e auxílio-moradia

O **Ato da Mesa nº 135, de 2016**, consolida os critérios para o uso e distribuição de imóveis funcionais aos deputados federais e suplentes, ao encontro da orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.438/2009-Plenário. Também foram incorporados a esse Ato avanços importantes empreendidos na política habitacional da Casa, como a padronização da manutenção e a eficiência e sistematização na distribuição e ocupação de imóveis. Ainda foi dada especial atenção à celeridade da desocupação e devolução dos apartamentos, de modo a evitar o uso indevido do patrimônio público.

A seguir apresentam-se informações sobre a ocupação dos imóveis funcionais destinados a parlamentares e outras autoridades da República, bem como as despesas com reparos e manutenção.

Taxa de ocupação de imóveis em operação em 2018

Mês	Apartamentos em operação	ocupados	Reforma ou reservados para reforma ⁽¹⁾	Total	% Ocupação imóveis funcionais
Janeiro	408	354	24	432	87%
Fevereiro	408	350	24	432	86%
Março	408	355	24	432	87%
Abril	408	356	24	432	87%
Mai	408	352	24	432	86%
Junho	408	352	24	432	86%
Julho	408	354	24	432	87%
Agosto	408	352	24	432	86%
Setembro	408	350	24	432	86%
Outubro	408	350	24	432	86%
Novembro	408	351	24	432	86%
Dezembro	408	346	24	432	85%

Fonte: Sistema de Habitação – Habit.

⁽¹⁾ Imóveis desocupados para reforma geral.

Despesas com reparos e manutenção em 2018

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	66.901,53
Fevereiro	71.436,21
Março	1.347,74
Abril	0,00
Mai	37.422,64
Junho	2.294,16
Julho	32.442,13
Agosto	293.321,96
Setembro	241.184,47
Outubro	203.031,86
Novembro	297.068,67
Dezembro	165.303,43
Total	R\$ 1.411.754,80

Fonte: Coordenação de Habitação.

Durante o exercício de 2018, foram gastos R\$ 1.411.754,80 em despesas com a manutenção dos imóveis funcionais, contra R\$ 1.100.201,05 em 2017, um acréscimo de 28%. Esse incremento ocorreu em virtude da assinatura, em 18/6/2018, do contrato nº 74/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de reparo e manutenção, com fornecimento de material, em diversos imóveis funcionais da Câmara dos Deputados. Em 2018, também foram realizados serviços de manutenção nas centrais de gás em todos os blocos das quadras SQN 202, 302 e SQS 311.

4.3.2.3.3 Principais desafios em relação aos imóveis funcionais

A tendência para os próximos anos é de constante queda nos gastos com auxílio-moradia, uma vez que a expectativa é realizar uma ampla reforma nos 96 imóveis funcionais situados na SQN 202, aperfeiçoando as condições de habitabilidade para os parlamentares e aumentando, conseqüentemente, a taxa de ocupação geral e reduzindo o auxílio-moradia, modalidade de ressarcimento mais onerosa para a Administração, quando comparada aos imóveis funcionais.

4.3.2.3.4 Medidas adotadas para a redução de despesas com os imóveis funcionais

Em 2018, as principais medidas adotadas para redução de despesas com os imóveis funcionais foram as seguintes: troca das lâmpadas convencionais das partes comuns dos Blocos Residenciais para lâmpadas LED, mais eficientes; regulagem no sistema de controle da temperatura dos aquecedores de água dos apartamentos funcionais; ligação direta da água da rua com as caixas superiores do edifício, reduzindo o uso das bombas elétricas; troca do sistema convencional das boias das caixas d'água por bombas eletrônicas com sensor, reduzindo o desperdício de água e de energia elétrica; e substituição de caldeiras de aquecimento de água a gás por modelos mais econômicos, reduzindo o consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP).

4.3.2.4 Imóveis locados de terceiros

Em 2018, existiam dois contratos de locação de imóvel para armazenagem de diversos bens sob a responsabilidade dos almoxarifados desta Casa.

Quadro 7 – Contratos de locação de imóvel

Nº do contrato	Objeto resumido	Valor mensal atualizado	Vigência
2012/284	Locação de um galpão comercial, localizado no SAAN Quadra 1, Lote 105, Setor de Armazenamento e Abastecimento, Brasília-DF, com terreno de 2.000m ² de área privativa e edificação de 1.540 m ² .	R\$ 32.500,00	28/10/18 a 27/10/19
2014/162	Locação de um galpão comercial, localizado no Setor de Armazenamento e Abastecimento (SAAN), Quadra 1, Lote 75, Brasília-DF, com área total construída de 848,38m ²	R\$ 15.000,00	Contrato expirado em 20/10/18

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio.

Com o término das obras e a conseqüente ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM/SIA), um dos galpões locados deixou de ser necessário. Outro galpão permaneceu locado (contrato nº 2012/284) para ser utilizado na armazenagem de bens de responsabilidade da Coordenação de Habitação. Nesse sentido, a mudança dos almoxarifados para o CEAM/SIA representará uma economia anual no orçamento da ordem de R\$ 180.000,00.

4.3.2.5 Cessão de espaço físico em imóvel da União

Atualmente, existem 29 espaços cedidos a terceiros (22 entidades externas) em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados nº 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#). Sua contabilização é realizada conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

Maiores informações sobre a cessão desses espaços físicos podem ser acessadas [na área de transparência do Portal](#).

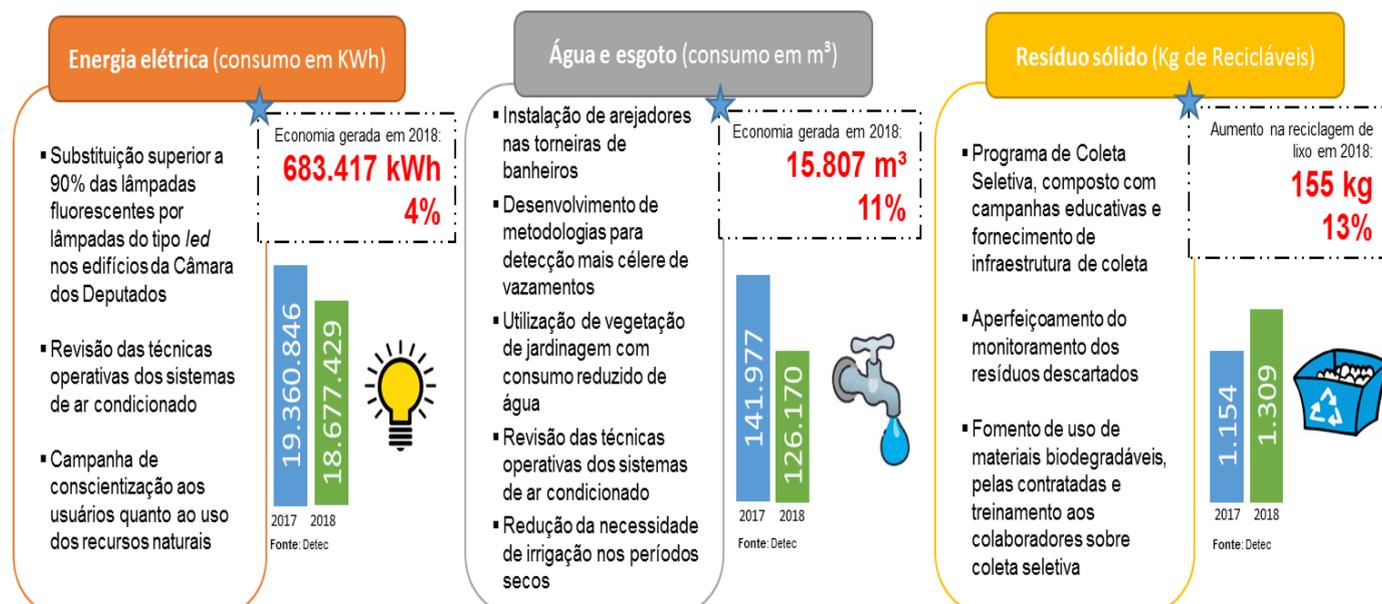
4.3.2.6 Outras ações de planejamento em infraestrutura

O controle dos gastos da Câmara dos Deputados com água e energia elétrica é resultado de ações implementadas pela Câmara nos edifícios administrativos, além dos esforços do EcoCâmara (maiores informações no [item 4.7](#)) e do uso consciente dos recursos pelos usuários.

Os resultados obtidos em 2018 abrangem a economia de 4% com energia elétrica e 11% de água, bem como o aumento de 13% na reciclagem de resíduos sólidos, proporcionado pelo Programa de Coleta Seletiva, conforme figura abaixo.

Sustentabilidade Ambiental

Ações para redução do consumo de recursos naturais



Também em 2018, foi implantado o Plano de Logística Sustentável, voltado para as seguintes temáticas: i) Áreas Verdes e Proteção à Fauna; ii) Arquitetura e Construção Sustentável; iii) Coleta Seletiva; iv) Gestão de Resíduos Perigosos; v) Licitação Sustentável; vi) Mobilidade Sustentável e vii) Novas Tecnologias Hídricas e Energéticas.

4.3.3 Central de compras

Buscando maior eficiência nas contratações governamentais, a Central de Compras, em 2018, investiu na evolução do modelo de gestão do Plano Anual de Compras e Contratações (PACC). Citam-se três ações precípuas nesse sentido: (i) criação de painel de governança do PACC, que congrega informações relativas à execução do próprio plano, a fim de possibilitar o acompanhamento das demandas; (ii) instituição de regras formais de governança alusivas ao PACC, para o tratamento de variáveis como o estabelecimento de alçadas decisórias para as exceções ao planejado, bem como ações de mitigação e de contorno a atrasos de encaminhamento dos pleitos à Central, e (iii) consideração da capacidade operacional do processo de compras, com vistas a bem dimensionar o PACC ao potencial de fluxo de escoamento de instrução dos ritos pelas diversas instâncias da Câmara.

Foi criado, ainda, um painel de riscos afeto à inexecução ou mora referente às aquisições constantes do PACC, que serve de suporte gerencial à tomada de decisão no que concerne a uma eventual realocação orçamentária interna. O intuito é alertar a alta administração sobre as demandas que contam com significativa delonga, e que podem culminar em orçamento alocado mas não gasto no ano civil.

Houve, também, o amadurecimento do [Laboratório de Inovação em Compras Públicas](#), cujos produtos mais significativos, no período, foram a consolidação da aplicação das pesquisas de satisfação dos clientes internos, relativas às compras e contratações realizadas, bem como a proposição do documento de planejamento da contratação, artefato que reúne, em uma única peça, o estudo técnico preliminar e o termo de referência.

Do mesmo modo, a Central debruçou-se na otimização do modelo de aplicação de sanções administrativas em sede de licitações e contratos.

4.4 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

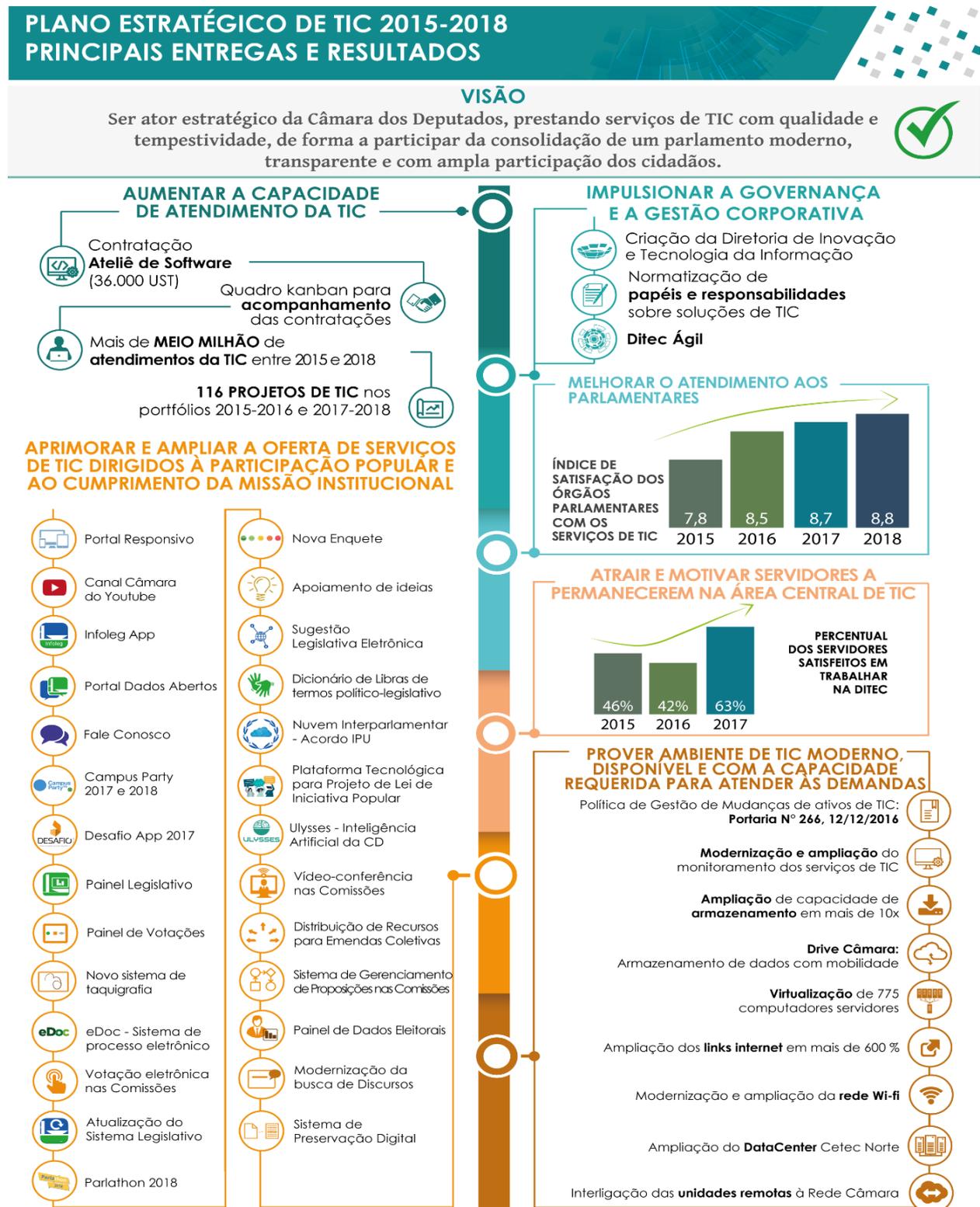
4.4.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG nº 406, de 2013](#).

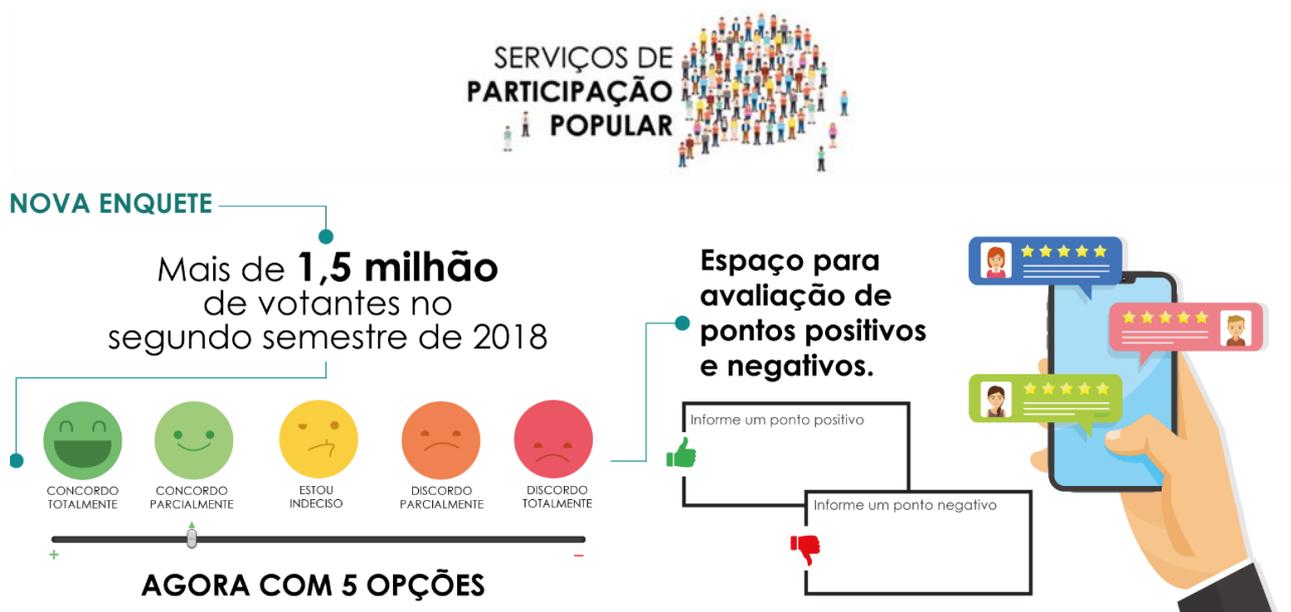


4.4.2 Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

A Câmara dos Deputados concluiu, em 2018, o ciclo do **Plano Estratégico de TIC (Peti)** para o período 2015-2018. O Peti estabeleceu visão, objetivos, ações e metas estratégicas com o propósito de viabilizar as diretrizes da estratégia corporativa, definida pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

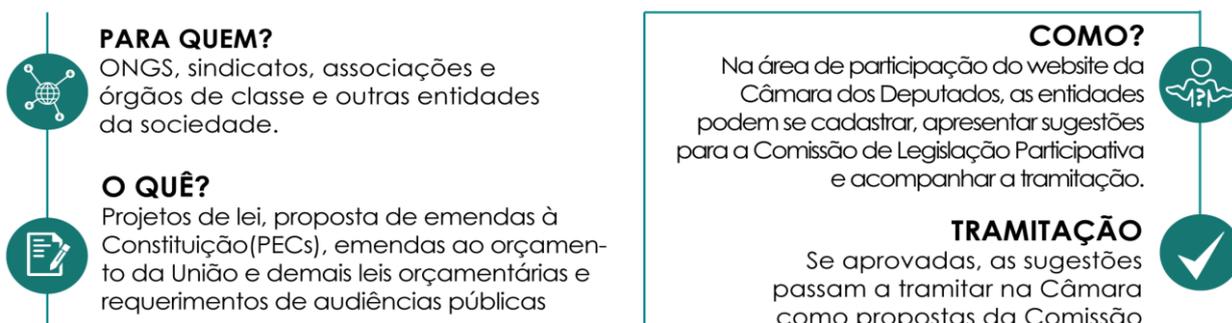


4.4.3 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados da área de TI



A nova ferramenta de **enquetes** é mais um dos instrumentos que a Câmara dos Deputados oferece aos cidadãos para se manifestarem sobre as propostas em discussão na Casa. As enquetes têm o objetivo de apresentar aos parlamentares uma sinalização do perfil de aceitação ou rejeição da população às propostas em tramitação. De março a dezembro de 2018, foram registrados mais de 1,7 milhão de votos de cerca de 1,59 milhão de pessoas cadastradas no Portal da Câmara dos Deputados.

PLATAFORMA DIGITAL PARA SUGESTÃO LEGISLATIVA



APOIAMENTO DE IDEIA



Permite a qualquer cidadão apresentar sua ideia à sociedade

Se ela obtiver os apoios necessários, será discutida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e poderá dar origem a um projeto de lei de autoria da CLP

Produto aguardando ajuste no Regimento Interno da Câmara dos Deputados

PLATAFORMA DIGITAL PARA PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA POPULAR - PLIP

Plataforma digital para receber projeto de lei de iniciativa popular viabilizando o apoio online, aferição e auditoria dos votos.



Plataforma digital para suportar todo o ciclo de apresentação e apoio, pela sociedade, dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), contemplando a validação da situação eleitoral do cidadão proponente e dos cidadãos apoiadores junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a publicidade dos apoios recebidos por meio da tecnologia *blockchain*. Este produto aguarda aprovação em plenário do [Projeto de Lei 7574/2017](#), de autoria da Comissão Especial para Análise, Estudo e Formulação de Proposições Relacionadas à Reforma Política.

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Além dos serviços digitais, a Câmara dos Deputados tem procurado inovar e diversificar as formas de aproximação com a sociedade. Durante o ano de 2018, foram testadas diversas iniciativas nesse sentido, conforme demonstrado nas figuras abaixo.

NOVO PORTAL INSTITUCIONAL

Primeira de quatro entregas em janeiro/2019



Mais transparente, fácil de navegar e com ferramentas que promovem a **participação popular**

Ficha de tramitação simplificada, que **permite ao cidadão entender melhor** o processo legislativo e o caminho das propostas

Uso de **inteligência artificial (Ulysses)** para tematização e navegação inteligente



ULYSSES

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O que ele faz?

-  Tematização automática
-  Tradução automática
-  Reconhecimento do orador

Outras ações de conhecimento que vão ser automaticamente implantadas na linha de aprendizagem do Ulysses:

-  Análise de sentimento
-  Resumo automático
-  Tempo de mídia parlamentar
-  Palavras-chaves automáticas
-  ChatBot

Ulysses, tecnologicamente democrático.

CAMPUS PARTY

Congresso internacional de inovação tecnológica

2017

- Workshop Mineração Cidadã com os Dados Abertos da CD
- Workshop Machine Learning: padrões no jogo político
- Lançamento do novo portal de dados abertos
- Lançamento do portal Desafio.leg.br



- Desafio App 2017
- Desafio Novo Portal da Câmara dos Deputados

70
MIL PARTICIPANTES

2018

Campus Party™

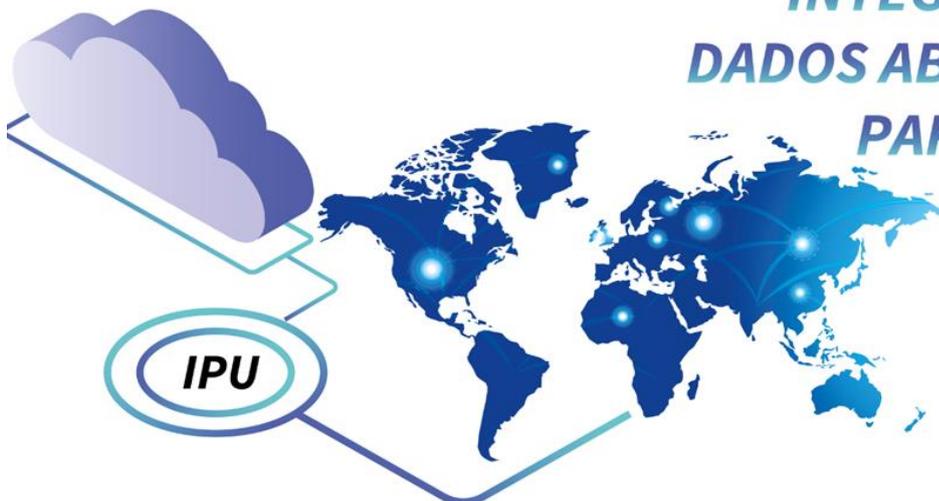
100
MIL PARTICIPANTES

PALESTRA:

Processamento de linguagem natural com R e Python



NUVEM INTERPARLAMENTAR



INTEGRAÇÃO DOS DADOS ABERTOS DOS PARLAMENTOS

Dando prosseguimento aos entendimentos iniciados em 2017 com a União Interparlamentar (IPU), a Câmara empreendeu tratativas que resultaram no “Memorando de Entendimento entre a Câmara dos Deputados e a União Interparlamentar”, estabelecendo parceria entre as duas instituições com vistas a atingir os objetivos do [Centro de Inovação Parlamentar \(CIP\)](#) com a criação de um *hub* de inovação para integrar dados abertos entre os parlamentos.

DICIONÁRIO DE LIBRAS DE TERMOS POLÍTICO - LEGISLATIVOS

Parceria entre a Câmara, a UFPB e o MPOG, favorece o entendimento da comunidade surda sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados



PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS DA ÁREA DE TI

DITEC ÁGIL

Ações para promover a transformação ágil na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

- 45 capacitações externas em métodos ágeis
- 2 workshops internos para mais de 80 colaboradores da Ditec
- Visibilidade por meio de adoção de ferramenta de quadro kanban
- Projetos-piloto utilizando Scrum adaptado
- Ações piloto utilizando práticas DevOps
- Transparência por meio do Novo Painel do Portfólio de Projetos



Benefícios:

- Entrega frequente de soluções de valor agregado
- Colaboração entre equipes e clientes da Ditec
- Simplificação do trabalho
- Respostas rápidas às mudanças

ACESSIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS

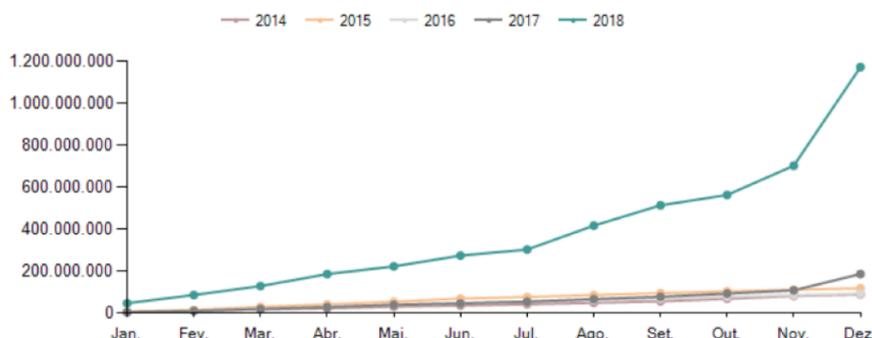


Ações realizadas ou em andamento para eliminar as barreiras de acessibilidade de diversos sistemas, buscando primordialmente facilitar a utilização dos sistemas por deficientes visuais.

- Ajustes em 30 sistemas/módulos elencados para melhoria de acessibilidade
- Aquisição de software de leitura de tela
- Instalação de sistema de leitura em braille nos botões de votação do Plenário
- Instalação de sistema de aviso sonoro para confirmação do voto

ACESSOS AOS SERVIÇOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CONSTRUÍDOS PARA A SOCIEDADE

TOTAL ACUMULADO DE VISUALIZAÇÕES



2018
MAIS DE 1 BILHÃO DE ACESSOS

SERVIÇOS MAIS ACESSADOS

01	DADOS ABERTOS	890.688.324
02	PROPOSIÇÕES	25.058.229
03	CANAL YOUTUBE	20.775.737
04	DEPUTADOS	16.990.900
05	AGÊNCIA CÂMARA	16.065.189
06	LEGISLAÇÃO FEDERAL E INTERNA	12.096.470
07	COMISSÕES	9.470.340
08	AGENDA LEGISLATIVA	9.411.939
09	TRANSPARÊNCIA	9.094.013
10	PLENÁRIO	5.101.953

Plano de
Gestão e Governança de



DADOS ABERTOS

em fase de conclusão.

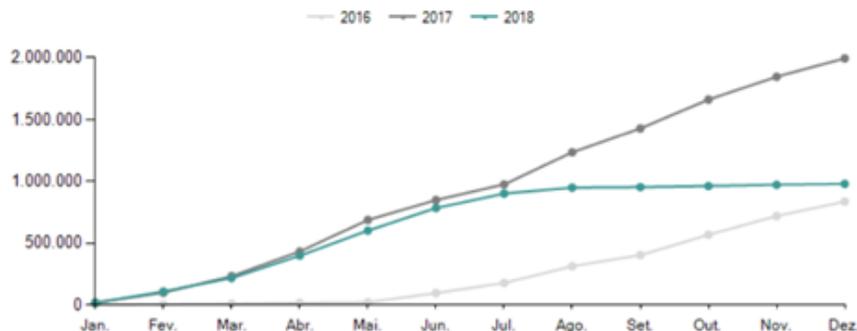
SERVIÇOS DO PORTAL MAIS ACESSADOS POR CELULAR



MAIS DE
28
MILHÕES DE ACESSOS

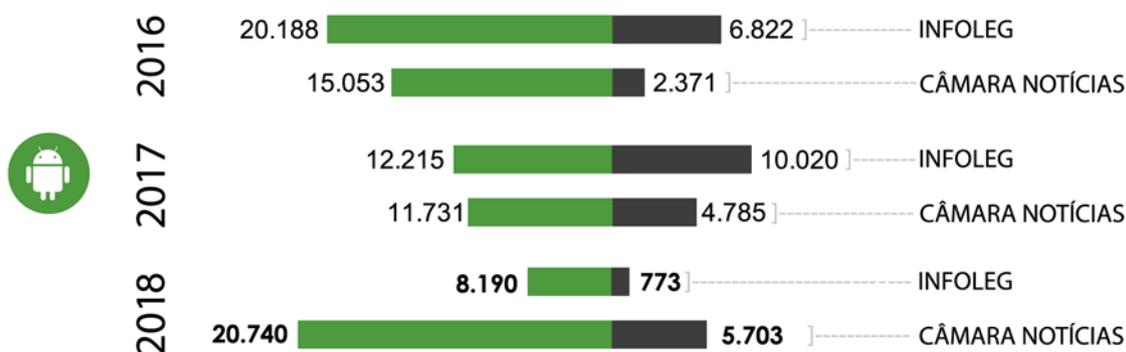
ACESSOS AOS APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DIRIGIDOS À SOCIEDADE

TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS



2018
MAIS DE 900
MIL DE ACESSOS
 TOTAL ACUMULADO:
979.209

TOTAL DE DOWNLOADS DE APLICATIVOS MÓVEIS



4.4.4 Recursos de TI e contratações mais relevantes

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Grupo de Natureza de Despesa	Orçamento (Milhões R\$)	Empenhado (Milhões de R\$)	Liquidado (Milhões de R\$)	Pago (Milhões de R\$)
INVESTIMENTOS	29,5	15,28	14,5	14,5
CUSTEIO	57,7	52,16	45,9	45,6

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

INVESTIMENTOS



Valor empenhado

Ampliação do Storage do tipo <i>High-End</i>	R\$ 8.376.322,51
Licenças de correio eletrônico	R\$ 2.027.775,00
Licenças de virtualização de servidores	R\$ 1.461.700,00
Licenças de sistema operacional para computadores servidores	R\$ 1.071.685,84
Licenças de ferramenta de banco de dados	R\$ 594.000,00
Solução de gestão de conteúdo	R\$ 380.250,73
Infraestrutura de conexão de unidades remotas	R\$ 340.185,22
Licenças de software de modelagem de dados	R\$ 273.000,00
Aquisição de computadores servidores	R\$ 237.700,00

CUSTEIO

Prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento, suporte e atendimento ao usuário e à infraestrutura, e documentação e operação de informática	R\$ 42.721.937,01
Prestação de serviços de impressão monocromática	R\$ 1.253.546,27
Prestação de serviços de garantia de funcionamento da Rede Corporativa	R\$ 827.230,05
Subscrição de plataforma de servidor de aplicação	R\$ 790.555,00
Prestação de serviços de Gerenciamento de Canal de Relacionamento com o cidadão	R\$ 730.878,22
Prestação de serviço de acesso à Internet	R\$ 647.036,24
Prestação de serviços de impressão colorida e monocromática	R\$ 529.820,67
Serviço de conexão de unidades remotas	R\$ 519.446,70
Serviços de suporte técnico e atualização de licenças de ferramenta de banco de dados	R\$ 503.882,92

4.4.5 TI Verde

TI VERDE - PAINEL DE IMPRESSÕES



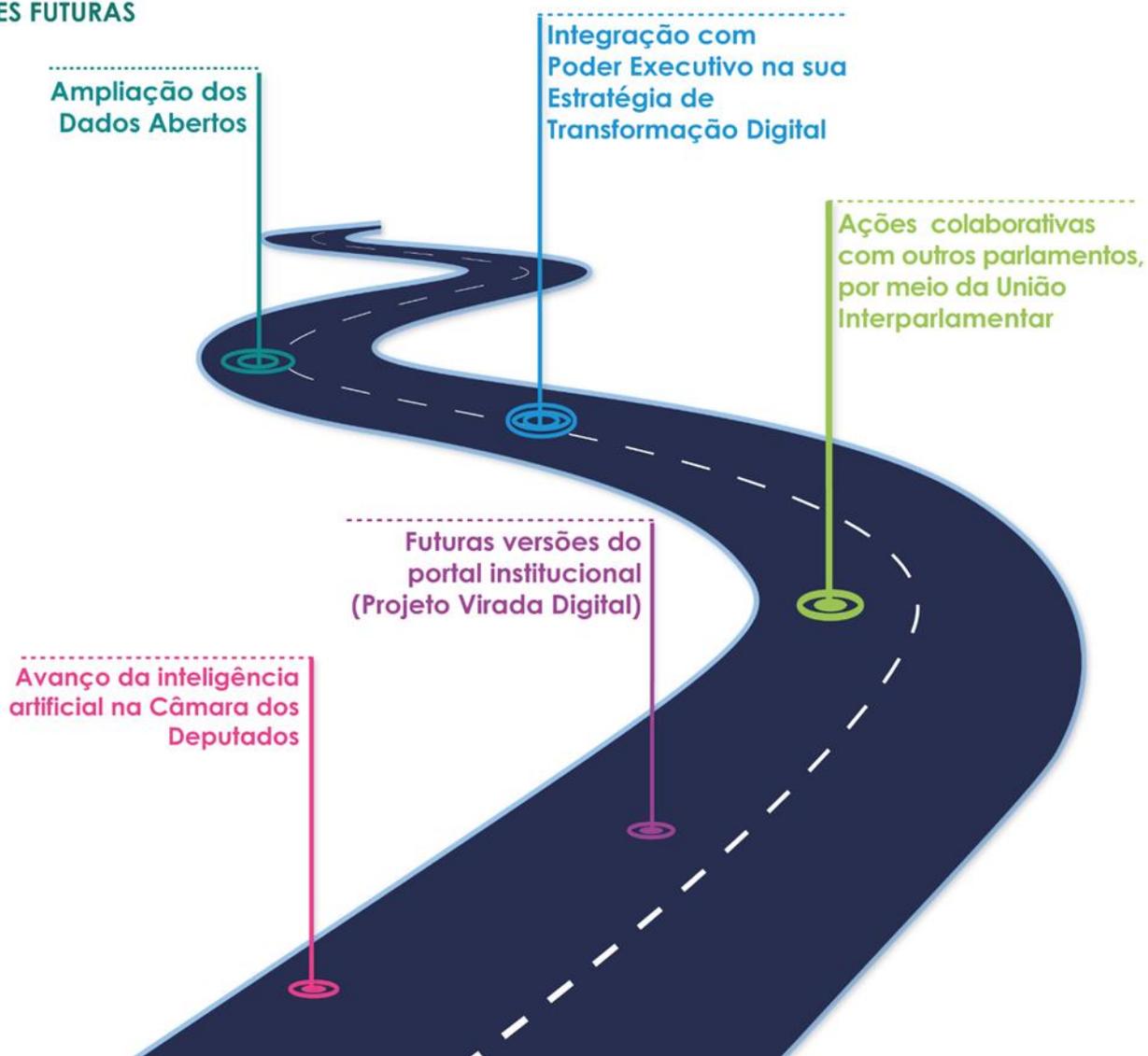
4.4.6 Principais desafios e ações futuras

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIO

Alavancar a inovação para viabilizar a transformação digital da Câmara dos Deputados em um cenário de número decrescente de servidores efetivos.

AÇÕES FUTURAS



4.5 Gestão da Comunicação Administrativa

A área de comunicação administrativa da Câmara gerencia o protocolo, os serviços postais, o fornecimento de acesso à informação de cunho político, social, econômico e cultural (assinatura, controle e distribuição de jornais, revistas, diários, etc.) e a expedição de documentos oficiais aos órgãos externos da Administração Federal e privados. Seguem alguns números referentes às atividades e à redução de despesas em 2018.

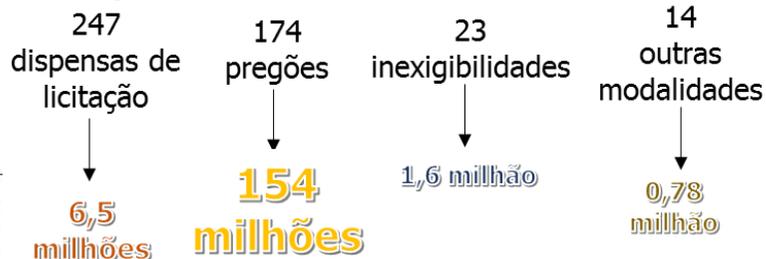


4.6 Gestão de Licitações e Contratos

As informações relacionadas à gestão de licitações e contratos no exercício de 2018 foram resumidas no infográfico apresentado na próxima página. No entanto, destaca-se que outras informações sobre as licitações e compras diretas realizadas pela Câmara, bem como as atas de registro de preços, os contratos vigentes e os últimos editais publicados encontram-se disponíveis na internet (<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos>).

458

processos de contratação em 2018



Fonte: Demap

Contratações diretas – justificativas

A maioria dos processos de dispensa ocorreram por enquadramento como despesas de baixo valor (artigo 24, II, da Lei n. 8.666, de 1993). Em termos quantitativos, destacam-se cursos e congressos para o treinamento e o desenvolvimento de servidores e a assinatura de periódicos, revistas e bases de dados.

Ressalta-se que, do total de R\$ 6,5 milhões despendidos por dispensa, R\$ 5,2 milhões referem-se à contratação emergencial para serviços na área de limpeza e conservação em prédios administrativos da Câmara, com fornecimento de materiais e equipamentos. Trata-se de contratação em decorrência do impedimento legal de prorrogação da vigência do contrato anterior. O contrato emergencial vigorará pelo prazo máximo de 6 meses ou será encerrado antes, caso seja finalizada a nova licitação para a prestação do serviço.

Desafios na gestão das licitações e contratos

- aprimoramento dos processos de trabalho e implementação de inovações, com o fim de criação de instrumento de compra ágil, seguro e econômico, que proporcione ao órgão a escolha da melhor proposta.
- falta de pessoal e baixa retenção de servidores na área.



Execução de despesa por modalidade de contratação - 2018

GND	Modalidade de contratação	Despesas pagas
Outras despesas correntes	Convite	88.743,60
	Dispensa de licitação	48.120.074,54
	Inexigibilidade	16.201.344,38
	Pregão	246.066.495,48
	Subtotal	310.476.658,00
Investimentos	Dispensa de licitação	67.730,30
	Inexigibilidade	75.106,23
	Pregão	18.870.281,47
	Subtotal	19.013.118,00
Total		329.489.776,00

Fonte: Tesouro gerencial.

R\$ 329,49 milhões

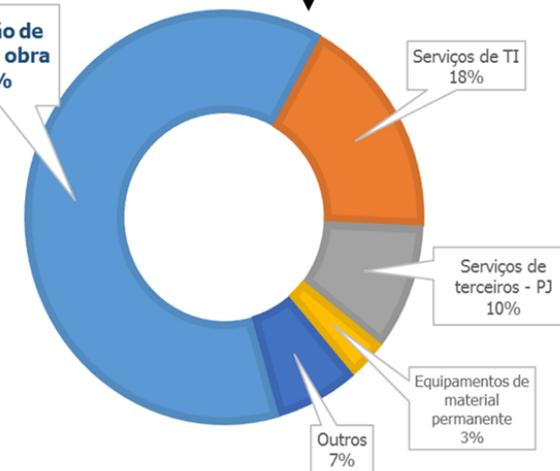
foram **pagos** em contratações em 2018

R\$ 205,98 milhões

Locação de mão de obra 62%

Tipo de serviço	Valor (milhões)
Apoio administrativo, técnico e operacional	87,10
Limpeza e conservação	41,00
Manutenção e conservação de bens imóveis e móveis	27,99
Vigilância ostensiva	23,27
Serviços de copa e cozinha	13,06
Apoio administrativo - menores aprendizes	9,52
Serviços de brigada de incêndio	4,04

Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

4.7 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Em 2018, foi instituído o 1º Plano de Logística Sustentável (PLS) da Câmara, com a aprovação da [Portaria DG nº 53, de 2018](#). O plano foi elaborado de forma coletiva, com ampla participação dos diversos órgãos da Casa. O PLS lista os temas, os objetivos, os respectivos planos de ação, com prazos, responsáveis, indicadores e metas. O PLS apresentou resultados como os destacados na figura ao lado.

Redução do consumo em 2018 com relação a 2017	
água e esgoto	11,0%
energia elétrica	4,0%
copos descartáveis de 50ml	11,8%
copos descartáveis de 200ml	11,5%
garrafas descartáveis de água mineral	15,5%
papel A4	17,5%

O acompanhamento dos resultados também influenciou unidades administrativas da Câmara dos Deputados a considerar variáveis de sustentabilidade no aprimoramento da gestão. Destacam-se entre as iniciativas:

- A redução do volume de resíduos de serviço de saúde (RSS) com potencial infectante (classe A) e com potencial perfurocortante (classe E) encaminhados à incineração. Nos últimos dez anos, foi reduzido em 90% o quantitativo de RSS encaminhado à incineração, devido às ações de conscientização e à correta segregação dos resíduos da área de saúde.
- A aquisição de equipamento ecológico de gravação de chapas, com vistas à redução da geração de resíduos perigosos nos processos da Gráfica da Casa.
- A redução no número de impressoras e impressões pode ser consultada em detalhes no item 4.7.6 deste relatório.

Quanto à sustentabilidade nas compras e contratações, o assunto é orientado pelo [Ato da Mesa nº 4, de 2011](#), que dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens e nas contratações de serviços, e é regulamentado pela [Portaria nº 227, de 2014](#). Em 2018, em torno de 50% dos editais da Casa continham critérios ambientais, reforçando o padrão sustentável de aquisições instituído.

Com relação à gestão dos resíduos sólidos, desde 2004 a Câmara mantém contrato com cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de promover a destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa e o incremento da renda a esse grupo de trabalhadores. Em 2018, deu-se continuidade à implantação do projeto de “revitalização da coleta seletiva”, visando à melhora na segregação dos resíduos para encaminhamento à cooperativa ou descarte adequado. Com esse intuito, foram realizadas visitas e orientações para conscientização dos servidores e prestadores de serviços, além da introdução de nova metodologia para controle quantitativo e qualitativo dos resíduos gerados.

Em 2018, houve ainda a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal, com objetivo de formação do [Grupo Legislativo Federal Sustentável](#), para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à gestão sustentável. O Acordo prevê a operacionalização de apoio aos órgãos do Poder Legislativo, nas esferas estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações de sustentabilidade. As seguintes iniciativas foram realizadas em decorrência do Acordo:

- Realização do I Seminário Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, resultado do projeto do Grupo Legislativo Federal Sustentável, com o objetivo compartilhar boas práticas do Legislativo Federal.

- b) Preparação de curso a distância (EAD) sobre o “Plano de Logística Sustentável de Referência”, que oferecerá capacitação a distância para câmaras municipais e assembleias legislativas, a fim de que elas possam elaborar e implementar seus Planos de Logística Sustentável.
- c) Participação de servidores da Casa como colaboradores e instrutores do Projeto Câmaras Verdes promovido pelo Interlegis. Em 2018, foram realizadas oficinas na Câmara Legislativa do Distrito Federal e em Municípios nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, com o objetivo de difundir boas práticas de sustentabilidade, de estimular e contribuir com todas esferas do Legislativo e Tribunais de Contas na implantação do Plano de Logística Sustentável.

Outras ações de sustentabilidade podem ser consultadas no [item 2.2.3](#) deste relatório.

4.8 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados foi substituído pela Coordenação de Acessibilidade, criada na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, conforme a [Resolução nº 19, de 2016](#), para coordenar as atividades nas áreas de acessibilidade física e de comunicação e informação, acessibilidade digital e tecnológica, sensibilização, capacitação e inclusão social das pessoas com deficiência. As competências dessa Coordenação foram definidas no [Ato da Mesa nº 149, de 2017](#).

Com o objetivo de atender a legislação federal vigente, em especial a [LBI - Lei Brasileira de Inclusão \(Lei nº 13.146/2015\)](#), a [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Decreto nº 6.949/2009\)](#) e o [Decreto nº 5.296/2004](#), bem como as recomendações e normas técnicas correlatas, a Coordenação de Acessibilidade atua em parceria com diversos setores da Casa no planejamento, promoção e execução de ações integradas para atender as necessidades de pessoas com limitações físicas, auditivas, visuais e intelectuais e, assim, eliminar barreiras atitudinais, físicas, tecnológicas e de comunicação.

Em 2018, no que diz respeito à tecnologia assistiva em comunicação, o sistema de escuta assistida para pessoas usuárias de aparelho auditivo denominado aro magnético foi o vencedor. Assim, foram realizadas obras civis e instalados 6 aros magnéticos nos Plenários 1, 3, 5, 9, 10 e 12 das comissões. Atualmente, temos, ao todo, 8 aros magnéticos em ambientes de conferência e 19 aros magnéticos em balcões de atendimento.

Recursos de acessibilidade como interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), legenda em tempo real e audiodescrição também ganharam relevância em 2018. Em sua programação televisiva, a TV Câmara transmitiu 3.120 horas de conteúdo com janela de Libras, 8.760 horas com legenda oculta (*closed caption*) e 780 horas com conteúdo audiodescrito, tudo de acordo com as exigências legais. Em eventos, foram utilizadas 76 horas de interpretação de Libras simultânea ao vivo em ano eleitoral, quando o movimento na Casa é menor. Atualmente, o canal da Câmara no YouTube vem exibindo as sessões plenárias com janela de Libras e oferece uma lista de documentários com audiodescrição.

Com essas iniciativas, espera-se contribuir para eliminar preconceitos, combater as desigualdades sociais, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Câmara um exemplo de responsabilidade social na administração pública.

A [página institucional da área no portal](#) da Câmara oferece *links* para diversos outros conteúdos de interesse público, tais como linhas de atuação, política de acessibilidade, informações diversas sobre deficiência e tecnologias assistivas, glossário, legislação em formatos acessíveis, normativos, referências bibliográficas, notícias, vídeos, datas relevantes e dicas, entre outras.

4.9 Gestão de Fundos

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução nº 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

As informações do FRCD estão consolidadas neste Relatório de Gestão, por não dispor de estrutura administrativa, quadro de pessoal, patrimônio imobiliário e mobiliário próprios, seu ordenador de despesa ser o mesmo da unidade gestora “Câmara dos Deputados” e seu orçamento ser complementar ao da Câmara dos Deputados. Quanto às suas demonstrações contábeis, elas podem ser consultadas de forma individualizada no [portal da Câmara dos Deputados](#).

4.10 Gestão da Informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à gestão da informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico.

Além disso, as ações demonstram o uso de tecnologias como forma de disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos e dos documentos gerados apenas em meio digital, que visam garantir a integridade e o acesso à informação no decorrer dos anos.

4.10.1 Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão, por meio de seu [Portal](#), as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Foram indexadas e descritas 2.473 novas proposições e inseridas no Sistema de Informações Legislativas (Sileg) 3.949 legislações por elas citadas. Somam-se a isso a inclusão, correção e atualização de 406 proposições arquivadas, anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação via [Portal](#). A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no [Portal da Câmara](#). Foram inseridos 1.364 atos normativos novos e indexadas 3.827 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e das atividades dos parlamentares, atores do processo legislativo. Foram atualizadas 14.777 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentares.

Para obter mais informações sobre as estatísticas de acesso ao Portal da Câmara, consulte o link: <http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal/estatisticas>.

4.10.2 Gestão dos acervos informacionais

4.10.2.1 Preservação

A preservação compreende procedimentos de conservação preventiva, higienização e restauração e engloba um conjunto de ações voltadas para o prolongamento da vida útil dos bens culturais.

Na Câmara dos Deputados, estes bens constituem os elementos formadores do seu patrimônio histórico e são a representação da memória legislativa, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade do povo brasileiro. Há aproximadamente 23 mil metros lineares que representam a história do Poder Legislativo do Brasil, abrangendo objetos museológicos, arquivísticos e bibliográficos, com cerca de 250 mil livros, um milhão de documentos manuscritos, 4.000 livros raros, 2.000 objetos, 800 mil itens de vídeos e fotografias, além de painéis de grandes dimensões, integrados à arquitetura, de artistas como Athos Bulcão, Oscar Niemeyer, Marianne Peretti e Di Cavalcanti. Sua manutenção, além de observar preceitos constitucionais, significa a continuidade da história e acima de tudo o respeito às gerações futuras.

Os procedimentos mais representativos para a preservação estão detalhados a seguir:

➤ Conservação preventiva

A conservação preventiva abrange um conjunto de estratégias elaboradas no sentido de prever e evitar possíveis riscos que ameaçam o patrimônio cultural. Em 2018, foram realizadas ações de higienização de livros, documentos e materiais audiovisuais, de monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento e controle de pragas, além de procedimentos de manutenção e planejamento de desastres de cerca de 25.000 itens do acervo.

➤ Higienização de livros e documentos

O processo de higienização de livros e documentos é parte integrante das atividades de conservação preventiva aplicadas ao arquivo e à biblioteca da Câmara dos Deputados e é desenvolvido por aprendizes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal. Em 2018, a higienização compreendeu cerca de 2.900.889 trinchamentos de páginas de livros e de documentos, além da limpeza de estantes, caixas e prateleiras das áreas de guarda, auxiliando no aumento da vida útil dos acervos.

Esta contratação, estabelecida em 2008, por solicitação do Centro de Documentação e Informação (Cedi), e hoje realizada com o apoio da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, completou dez anos em 2018, servindo de referência e proporcionando a multiplicação da alocação de mão de obra das equipes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-DF na área de conservação de bens culturais, que passou de 9 para 74, distribuídos nos mais diversos órgãos públicos de Brasília.

➤ Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual

O projeto de higienização e acondicionamento de negativos pertencentes ao acervo audiovisual da Câmara dos Deputados iniciado em 2016, teve em 2018 cerca de 18.589 fotogramas acondicionados e 944 envelopes revisados.

➤ Restauração

A restauração compreende um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, estabilização ou reversão de danos ocorridos aos bens culturais, atuando especificamente nos valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, restituindo seus valores tanto quanto possível, fundamentando-se no respeito à sua originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

Em 2018, a equipe de restauradores da Câmara dos Deputados entrevistou em cerca de 278 documentos, plantas arquitetônicas e livros, além de 69 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, esculturas, vasos, mobiliário e painéis de grandes dimensões.

➤ **Preservação digital**

A evolução tecnológica e a informatização de procedimentos têm resultado em produção maior de registros documentais em meio digital na Câmara dos Deputados. No intuito de superar esse novo paradigma institucional e garantir o acesso à informação independente de suporte ou de sistema em que os documentos foram produzidos, a Casa iniciou em 2013 o Projeto de Implementação do Serviço de Preservação Digital - SPD.

O projeto foi concluído em 2018 com as seguintes entregas: modelagem dos processos do SPD; celebração do acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que incluiu treinamento operacional para o SPD; conclusão do projeto piloto de preservação da folha de pagamento; proposta de expansão do hardware do SPD.

Além dessas ações, a Casa adquiriu novas mídias de armazenamento *off line* e realizou a migração de registro em fitas LTO. No âmbito das comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988, foram atualizados para novo formato os 763 filmetes do “Diário da Constituinte” e digitalizados os 28 mil fotogramas de negativos e ampliações fotográficas produzidas durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987-1988.

4.10.2.2 Acervo arquivístico

O acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas Assembleias Constituintes brasileiras em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapas, fotografias, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte desse acervo já se encontra disponível no site da Casa, por meio das abas “Atividade Legislativa” e “Transparência” e, também, no portal do [Arquivo Histórico](#).

A cada ano, parte desse acervo é eliminada conforme prazos de guarda e descarte previstos na Tabela de Temporalidade da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo - CADAR e lavratura de termo próprio para o descarte, bem como novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais. No ano de 2018, foram eliminadas 2.996 e recebidas 3.402 caixas-arquivo (cada uma com capacidade de armazenamento de 10 cm³ de documentos). Apesar de a recepção ter sido maior que a eliminação, o arquivo intermediário ampliou o espaço físico disponível à custódia da documentação arquivística intermediária, passando a contar, no segundo semestre de 2018, com uma sala de 80 m² no CEAM/SIA. Ainda no que se refere à melhoria da infraestrutura, foram adquiridos e instalados arquivos deslizantes para o acondicionamento de microfimes.

4.10.2.3 Acervo bibliográfico

A Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados tem como missão institucional fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados, bem como às atividades de apoio técnico-administrativo desta Casa Legislativa.

Possui um acervo aberto ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, com aproximadamente 200.000 obras e 2.060 títulos de revistas, especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública.

É depositária de documentos oficiais e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU); das publicações editadas no Brasil pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Comissão Econômica para a América latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Disponibiliza um amplo salão de leitura com computadores e rede *Wifi*, sala de estudo e acessibilidade equipada com uma linha braile e *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

Conforme já observado em relatórios dos anos anteriores, a tendência de migração da aquisição do material bibliográfico impresso para o digital vem crescendo gradativamente com o passar dos tempos, o que revela uma nova mudança de cenário na qual o mercado digital e seu público vem ganhando espaços cada vez maiores, o que, para as bibliotecas e centros de documentação,

Despesas com material bibliográfico - 2018

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Percentual
Base de dados bibliográficos	520.880,52	17	74,35%
Livros	116.884,56	1445	16,68%
Periódicos impressos	62.836,37	42	8,97%
Total	700.601,45	1.035	100%

Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da CD – SIORC.

repercute de forma positiva, tendo em vista a economia de espaço físico para armazenamento do material, sustentabilidade na redução do uso do papel, bem como economia de recursos humanos com a redução da mão de obra especializada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

4.10.3 Disseminação da informação

Em 2018, foi realizada a digitalização de cerca de 2.911.008 páginas. Do total das digitalizações: 2.810.642 tiveram como objetivo facilitar o acesso à informação e à preservação em microfílm de documentos do movimento financeiro, de frequência, de dossiês funcionais, da Assembleia Constituinte de 1988 e de documentos de comissões parlamentares de inquérito - CPI; 72.198 foram destinadas ao atendimento das demandas de informação feitas pelos cidadãos e por unidades administrativas da Casa; 19.178 tiveram por finalidade a publicação no site da Câmara, de obras raras, anais e documentos históricos. Foram, ainda, produzidos 675 microfílm, com 7.783.840 fotogramas a partir do passivo de imagens digitalizadas em anos anteriores, de documentos do movimento financeiro, de frequência e de CPI. Além de cerca de 1.150 digitalizações de microfílm de documentos legislativos, administrativos ou bibliográficos para atendimento a demandas de processos judiciais ou pesquisas. Foram também publicados no site institucional, 155 Diários da Câmara dos Deputados.

No comparativo com 2017, houve uma queda significativa no total de imagens digitais geradas, justificada pela condição dos documentos originais que exigiram mais tempo em sua preparação e digitalização, devido ao estado de conservação, quantidade de grampos, formatos e valorização do conteúdo, além da redução de colaboradores envolvidos no processo de trabalho.

Movimento da Biblioteca - 2018

Item	Quantidade
Média mensal de circulação de pessoas	8.300
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e funcionários terceirizados)	6.049
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	25.568
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	3.650

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e portal de Segurança Eletromagnético.

4.10.3.1 Documentos históricos

O Arquivo da Câmara dos Deputados recebeu, do Arquivo Nacional, o convite para participar da candidatura conjunta com o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU à nomeação Memória do Mundo, concedida pela UNESCO, com documentos referentes ao tema “Feminismo, Ciência e Política – O Legado de Bertha Lutz, 1881-1985”. Em outubro de 2018, a nomeação foi aprovada, sendo o acervo reconhecido como patrimônio documental.

Como parte das comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988, o acervo documental da Assembleia Nacional Constituinte (ANC 1987-1988), formado por, aproximadamente, 2.200.000 documentos em papel; 1.173 unidades de documentos impressos; mais de 27.000 fotografias em negativos p&b e 2.321 ampliações digitalizadas; 1.000 horas de gravação de áudio; e 763 programas de cerca de 5 minutos do "Diário da Constituinte", passou a contar com descrição de suas informações no portal do [Arquivo Histórico](#).

4.10.3.2 Biblioteca digital

A [Biblioteca Digital](#) da Câmara dos Deputados é um repositório integrado do conhecimento legislativo produzido pela Casa. Possui um vasto acervo, disponível para a comunidade em geral, para consultas e *downloads*, que engloba as publicações produzidas pelas Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento.

No ano de 2018, as obras mais acessadas foram: Constituição da República Federativa do Brasil em áudio; Constituição da República Federativa do Brasil em PDF/e-pub; Lei nº 8.112, de 1990, em áudio; Regimento Interno da Câmara dos Deputados; Manual de redação; Legislação sobre Licitações e Contratos Administrativos em áudio; e Estatuto da criança e do adolescente em áudio.

4.10.3.3 Produção editorial

Em 2018, foram lançados 44 produtos editoriais, que incluíram 21 novos títulos, 15 novas edições, 7 e-books e 1 audiolivro.

➤ Livraria da Câmara

A Edições Câmara, que já atendia ao público por meio de sua livraria virtual, e inaugurou, em dezembro, a livraria física, localizada no Anexo II da Câmara dos Deputados. Em 2018, os e-books da editora figuravam nas listas dos 10 livros mais baixados da Google Play, iBook Store e Amazon. Em 2018, a Câmara dos Deputados também participou de cinco feiras de livros para promover a disseminação da informação.

